



Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado

Unidade: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE CARATINGA

Município: CARATINGA/MG



Sumário

I - DADOS BÁSICOS	3
II - IDENTIFICAÇÃO DOS DIRIGENTES	3
III - INTRODUÇÃO	3
IV - METODOLOGIA	5
V - CONSTATAÇÕES	7
VI - CADASTRO DA NOTIFICAÇÃO	28
VII - REGISTRO FINAL SOBRE A NOTIFICAÇÃO	29
VIII - CONCLUSÃO	29
IX - FOLHA DE ASSINATURA	31
X - ANEXOS	32





SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



I - DADOS BÁSICOS

Finalidade: Auditoria Programada eixo COVID-19

Entidade Responsável: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE CARATINGA

CPF/CNPJ: 18.334.268/0001-25

Município/UF: CARATINGA-MG

Unidade Visitada: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE CARATINGA

CPF/CNPJ: 18.334.268/0001-25

Município/UF: CARATINGA/MG

Demandante: Componente Estadual do SNA

Forma: Direta

Objeto: Recurso financeiro

Abrangência: março/2020 a julho/2021

Gestão do Prestador: Plena

Fase(s):

Tipo da Fase	Data Início	Data Término
Analítica	18/05/2021	09/07/2021
Execução - In loco	12/07/2021	16/07/2021
Relatório	19/07/2021	09/08/2021

Tarefa Nº: 129051

Natureza da Entidade: Municipal

II - IDENTIFICAÇÃO DOS DIRIGENTES

III - INTRODUÇÃO

Trata-se de ação de auditoria programada em atendimento ao Plano Anual de Auditoria Assistencial de 2021, do Componente Estadual de Auditoria do Sistema Único de Saúde de Minas Gerais (CEA/SUS-MG), que propõe a realização de auditorias nas Secretarias Municipais de Saúde e nos Hospitais beneficiados com recursos financeiros destinados às ações de média e alta complexidade no enfrentamento da pandemia de Covid-19.

Esta demanda se refere à auditoria na Secretaria Municipal de Saúde (SMS) de Caratinga, com unidade visitada o Hospital CASU Irmã Denise (HCID). O processo foi desencadeado pelos Memorandos SES/AUDSUS nº 399 de 08 de junho de 2021 e nº 390 de 09 de junho de 2021, que designam auditores, respectivamente, das Assessorias Regionais de Auditoria Assistencial (ARAS) Jequitinhonha e Nordeste, para realização da auditoria.

OBJETIVOS E ESCOPO DA AUDITORIA



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



O objetivo geral dessa auditoria é verificar o cumprimento das obrigações financeiras e a regularidade das ações assistenciais prestadas pela SMS de Caratinga e pelo Hospital CASU Irmã Denise no enfrentamento da Covid-19. Na SMS de Caratinga, a auditoria teve os objetivos específicos abaixo descritos, a serem avaliados no período de abrangência de março de 2020 a julho de 2021 para fins assistenciais e análise financeira de março/2020 a maio/2021:

- Verificar a legalidade e a regularidade da utilização dos recursos financeiros e materiais destinados às ações de média e alta complexidade no enfrentamento da Covid-19;
- Verificar os mecanismos desenvolvidos pela SMS de Caratinga para monitoramento e controle do HCID no contexto da pandemia de Covid-19;
- Verificar se a SMS de Caratinga contemplou em seus instrumentos de gestão as ações e recursos financeiros referentes ao enfrentamento da Covid-19.

CARACTERIZAÇÃO DO OBJETO DA AUDITORIA

O município de Caratinga localiza-se na mesorregião Vale do Rio Doce de Minas do Estado de Minas Gerais. Foi emancipado em 1890 e possui uma área de 1.258 km². A população estimada do município para o ano de 2018 era de 91.841 habitantes (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE). O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) é de 0,706, o que situa esse município na faixa de desenvolvimento humano médio (Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil).

Caratinga pertence à Macrorregião de Saúde Vale do Aço (Coronel Fabriciano) e é polo da Microrregião de Saúde de Caratinga, que possui 13 municípios e uma população total estimada de 20.519 habitantes (Plano Diretor de Regionalização – PDR/MG, 2019). O município assumiu a gestão dos prestadores de serviços ao SUS em 22/05/2000, através da Portaria GM/MS nº 394, de 22/05/2.000.

De acordo com relatórios do de Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES), a Rede Assistencial do SUS de Caratinga conta com 46 estabelecimentos, sendo que entre eles está o Hospital CASU Irmã Denise (tendo como mantenedora a Fundação Educacional de Caratinga - FUNEC), entidade filantrópica sem fins lucrativos, conveniada ao SUS.

No Plano de Contingência Operativo para Infecção Humana pelo SARS COV-2 (doença pelo Coronavírus – COVID-19) da Macrorregião Vale do Aço (versão 2.0 de 06/05/2020), o HCID foi classificado como “Referência Síndrome Respiratória Aguda Grave –SRAG” e como 1ª prioridade para atendimento de casos de SRAG da Microrregião de Saúde de Caratinga. Portanto, trata-se de uma instituição com papel relevante no enfrentamento da pandemia de Covid-19 na região.

A unidade hospitalar visitada no município de Caratinga foi o Hospital CASU Irmã Denise – CNPJ 19.325.547/0001-95 (CNES 6697054). A instituição foi contemplada com o Incentivo pela disponibilização de Leitos COVID-19 por meio das Resoluções SES/MG nº 7.160/2020, nº 7.295/2020, nº 7.265/2020, nº 7.384/21, nº 7.395/2021, nº 7.396/2021, nº 7.446/2021 e nº 7.482 /2021.

No período de abrangência da análise (março/2020 a julho/2021) o HCID disponibilizou os leitos para enfrentamento ao COVID-19 conforme descrito: 150 leitos COVID-19 (25 clínicos e 120 UTI Adulto, 05 UTI Pediátrico) de acordo com as informações das Deliberações CIB-SUS, e conforme previsão do Plano de Contingência, no período da abrangência.

No período de abrangência da auditoria, o HCID foi contemplado com a atualização da grade de leitos, por meio das seguintes Deliberações CIB/SUS/SES-MG: nº 3.168, de 04/06/2020 (que informa a existência de 72 leitos clínicos adultos disponíveis e 25 leitos UTI Adulto disponíveis e ampliação para 80 leitos de UTI Novos e 05 Leitos de UTI Pediátricos Novos COVID 19), a de nº 3.336, de 19/02/21 (que informam existência de 25 leitos Clínicos Adulto disponíveis, 80 leitos de UTI Novos e 05 Leitos de UTI Pediátricos Novos) e a de nº 3.366, de 30/03/21 (que informa 25 leitos Clínicos Adultos disponíveis, aumentou para 105 o quantitativo de leitos COVID-19 - UTI/Adulto, e manteve os 05 Leitos de UTI Pediátricos Novos).

A atual situação do quantitativo de leitos, é orientada pela Deliberação CIB/SUS nº 3.430, de 28/05/21, que aprova a Atualização do Plano de Contingência da Grade Hospitalar para o enfrentamento da pandemia COVID19, de acordo com o quadro epidemiológico atual (que informa 25 leitos clínicos, 120 leitos - UTI/Adulto Novos, 05 Leitos UTI Pediátricos).

A SMS de Caratinga não efetuou aquisições de equipamentos e materiais/insumos/medicamentos para destinação ao prestador HCID para o enfrentamento à COVID - 19. Todo o fomento realizado pela SMS ao HCID, se efetivou por meio de repasses financeiros oriundos de



recursos de origem estadual ou federal.

IV - METODOLOGIA

FASE ANALÍTICA DA AUDITORIA

Essa auditoria foi desenvolvida por meio de trabalhos analíticos, no período de 17/06 a 07/07/2021. Nessa fase foram realizadas as seguintes atividades:

- * Ciência da demanda e análise dos documentos que compõem o processo desta auditoria - SEI nº 1320.01.0017861/2021-35;
- * Ciência, estudo e verificação dos esboços das Matrizes de Análise e de Coleta da SMS e do Hospital;
- * Estudo dos documentos constantes no processo SEI 1320.01.0062325/2020-79 – Manuais e Notas Técnicas do Componente Estadual de Auditoria do SUS-MG;
- * Levantamento e estudo do Plano de Contingência para Infecção Humana pelo SARS COV-2 (doença pelo Coronavírus – Covid-19) da Macrorregião Vale do Aço;
- * Levantamento de dados/informações/documentos com as áreas técnicas da SES (nível central e regional) relativas ao auditado e às ações de enfrentamento da Covid-19;
- * Consulta ao CNES do município de Caratinga, para levantamento de informações;
- * Levantamento e estudo das Resoluções, Portarias e demais normativas referentes ao município de Caratinga e às ações de enfrentamento da Covid-19;
- * Levantamento de dados/informações/documentos a partir de sites e sistemas informativos, seguindo orientações do Manual de Procedimentos Analíticos - Instrutivo de Fundo Municipal de Saúde, pertinentes ao escopo da ação e à Matriz de Coleta;
- * Adequação dos esboços das Matrizes de Análise e Coleta às situações específicas da SMS de Caratinga e do Hospital Casu Irmã Denise;
- * Apresentação das Matrizes de Análise e Coleta pela equipe de auditoria para auditores da Assessoria de Auditoria Assistencial da SES-MG, para validação final, em videoconferência;
- * Envio de Ofício de Comunicado de Auditoria ao auditado (por e-mail no processo SEI e físico), com a solicitação de documentos previstos na Matriz de Coleta da SMS;
- * Recebimento de documentos solicitados ao auditado, por peticionamento eletrônico no SEI;
- * Conferência, análise dos documentos solicitados ao auditado e início da elaboração do Relatório de Auditoria;
- * Elaboração de roteiros de entrevistas e outros instrumentos necessários à fase operativa.

Os documentos solicitados à SMS de Caratinga foram os seguintes:

1. Instrumentos jurídicos formalizados entre a SMS e o Hospital Casu Irmã Denise, que viabilizaram repasses financeiros e materiais, no período de março de 2020 a abril de 2021, para as ações de enfrentamento da Covid-19;
2. Documentação que comprove (conforme regra de repasse e instrumento jurídico formalizado) a validação das prestações de contas parciais e/ou total do Hospital Casu Irmã Denise pela SMS, referente aos recursos recebidos para Covid, nas ações de média e alta complexidade;



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



3. Relação das contas correntes do FMS, com identificação de onde ocorrem(ram) movimentações dos recursos financeiros para enfrentamento da Covid-19;
4. Cópia do cartão de situação cadastral que comprova a inscrição do FMS no CNPJ;
5. Extratos bancários do período de março/2020 a abril/2021, das contas correntes do FMS onde ocorreram as movimentações (créditos e débitos) dos recursos recebidos do FNS, FES e do Tesouro Municipal (recursos próprios – contrapartida municipal) destinados à Covid, nas ações de média e alta complexidade;
6. Extratos bancários do período de março/2020 a abril/2021, das contas correntes do FMS, que comprovam as transferências/pagamentos realizados ao Hospital Casu Irmã Denise(relacionados à Covid - ações de média e alta complexidade);
7. Razões de banco das contas bancárias onde ocorreram os créditos e os débitos destinados à Covid nas ações de média e alta complexidade e que demonstrem os valores repassados ao Hospital Casu Irmã Denise;
8. Notas de Empenho do período de março/2020 a abril/2021, referentes aos repasses/pagamentos realizados ao Hospital Casu Irmã Denise para enfrentamento da Covid – ações de média e alta complexidade;
9. Notas fiscais/relatórios/recibos/cheques referentes à comprovação dos serviços realizados/prestados e materiais adquiridos, destinados ao Hospital Casu Irmã Denise, para enfrentamento da Covid – ações de média e alta complexidade;
10. Plano de Trabalho de aplicação dos recursos com Relatórios de Acompanhamentos do mesmo ou Relatório Descritivo de Resultados, caso o Hospital tenha sido contemplado com recursos previstos em Resolução SES (ação orçamentária: Covid) com previsão de formalização/acompanhamento de plano;
11. Relação de equipamentos e materiais/insumos/medicamentos adquiridos e local de entrega (destinados às ações de Média e Alta Complexidade de enfrentamento à COVID -19);
12. Processos de dispensa de licitação (referentes à Média e Alta Complexidade de enfrentamento à Covid -19);
13. Plano Municipal de Saúde (PMS) de 2018-2021;
14. Programação Anual de Saúde (PAS) de 2020;
15. Atas do Conselho Municipal de Saúde de aprovação do PMS e da PAS, bem como de suas readequações;
16. Relatórios Detalhados do Quadrimestre Anterior (RDQAs), referentes ao período de março de 2020 a abril de 2021;
17. Atas do Conselho Municipal de Saúde constando a apresentação dos RDQAs;
18. Registro da apresentação dos RDQAs para a Câmara de Vereadores, do período de março/2020 a abril/2021;
19. Relatório Anual de Gestão 2020 (RAG);
20. Ata de aprovação do RAG 2020 pelo Conselho Municipal de Saúde;
21. Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) 2020 (parte que trata de orçamento da Saúde);
22. Documentação que comprove os trâmites para alteração/complementação na LDO e as medidas adotadas para identificar as ações, programas e despesas referentes à Covid-19;
23. Relatórios, Atas, Planilhas ou registros de que a SMS realiza acompanhamento periódico das ações de enfrentamento da Covid-19 realizadas pelo prestador hospitalar (ações relativas à execução do instrumento(s) jurídico(s) firmado(s) com o Hospital Casu Irmã Denise para enfrentamento da Covid -19);
24. Relatórios de monitoramento e controle do Hospital Casu Irmã Denise, por parte da SMS quanto às taxas de ocupação dos leitos destinados ao atendimento da Covid-19 (clínicos, UTI/Adulto e suporte ventilatório, se houver) do período de março/2020 a abril/2021;



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



25. Relatórios que comprovem o monitoramento da produção do SIHD, emitidos pela SMS (documentos que comprovem que a SMS realiza controle e avaliação da produção hospitalar referente ao atendimento de casos de Covid-19);

26. Relatórios das internações aprovadas, extraídos do SIHD, relativos aos atendimentos Covid-19 do Hospital Casu Irmã Denise, no período de março/2020 a abril/2021.

FASE OPERATIVA DA AUDITORIA

A auditoria operativa foi realizada no período de 13 a 16/07/2021 no município de Caratinga. A equipe de auditores da apresentou-se na SMS de Caratinga às 08h00min do dia 13/07/2021 e realizou uma reunião visando explicar o objetivo da auditoria. Essa reunião contou com a presença do Secretário Municipal de Saúde (Sr. E.G.S.), da Diretora de Regulação (Sra. D.A.A.), do Diretor Financeiro (Sr. A.E.M.), do Assessor Jurídico (Sr. F.P.M.N.), do Representante Administrativo do Setor de Regulação Controle e Avaliação (Sr. R.S.) e da Assistente Administrativa (Sra. D.A.E.).

As atividades da fase operativa ocorreram na sede da SMS e consistiram na solicitação e avaliação de documentos (sendo alguns copiados para análises posteriores) e na realização de entrevistas com profissionais da SMS.

A reunião de encerramento dos trabalhos de auditoria ocorreu na sede SMS, no dia 16/07/2021, às 14h00min e contou com a presença da equipe de auditores, do Secretário Municipal de Saúde (Sr. E.G.S.), do Diretor Financeiro (Sr. A.E.M.), e do Assessor Jurídico (Sr. F.P.M.N.).

LIMITAÇÃO

Por meio do Ofício SES/AUDSUS nº 390/2021, encaminhado à SMS de Caratinga em 09/06/2021, a equipe de auditoria solicitou a remessa de cópia de diversos documentos que deveriam ter sido objeto de avaliação ainda no curso da fase analítica. Contudo, a maioria dos documentos solicitados foram entregues durante a fase operativa da auditoria, o que frustrou o planejamento e dificultou os trabalhos na fase analítica.

V - CONSTATAÇÕES

Grupo: Recursos Financeiros

Constatação Nº: 632172

Subgrupo: Convênios

Item: Formalização

Constatação: A Secretaria Municipal de Saúde de Caratinga celebrou instrumentos jurídicos com o Hospital CASU Irmã Denise para o repasse de recursos financeiros recebidos (de origem estadual e federal), referente ao enfrentamento da COVID 19 e destinados às ações de média e alta complexidade de acordo com as regras que viabilizaram os repasses.

Evidência: Durante a auditoria, observou-se que o Hospital CASU Irmã Denise recebeu recursos financeiros destinados ao combate a Pandemia do Coronavírus (de origem estadual e federal). Esses recursos foram repassados pela Secretaria Municipal de Saúde (SMS) ao Hospital por meios dos seguintes convênios:

- Convênio nº 09/2020, assinado em 27/05/2020 (no valor de R\$ 357.571,81) - recurso de origem federal referente a Portaria GM/MS nº 1.393/20;
- Primeiro Termo Aditivo ao Convênio nº 09/2020, assinado em 05/06/2020 (no valor de R\$ 548.987,00) - recurso de origem federal referente a Portaria GM/MS nº 1.448/20;
- Convênio nº 013/2020, assinado em 22/06/2020 (no valor de R\$ 2.880.000,00) - recurso de origem federal referente a Portaria GM/MS nº 1.516/20;
- Convênio nº 014/2020, assinado em 02/07/2020 (no valor de R\$ 200.000,00) - recurso de origem federal referente as Portarias GM/MS nº 955/19 e nº 488/20;
- Convênio nº 018/2020, assinado em 28/12/2020 (no valor de R\$ 5.760.000,00) - recurso de origem federal referente a Portaria GM/MS nº 3.576/20;
- Convênio nº 03/2021, assinado em 06/05/2021 (no valor de R\$ 3.360.000,00) - recurso de origem federal referente a Portaria



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



GM/MS nº 1.059/21;

- Convênio nº 04/2021, assinado em 27/05/2021 (no valor de 315.000,00) - recurso de origem estadual referente a Resolução SES-MG nº 7.461/21;

- Convênio nº 06/2021, assinado em 11/06/2021 (no valor de 3.360.000,00) - recurso de origem federal referente a Portaria GM/MS nº 1.059/21.

*Tal fato está de acordo com a Portaria de Consolidação nº 02/2017 (Anexo 2 do Anexo XXIV - artigo 14), a PORTARIA GM/MS nº 1.393/2020 (art. 4º, § 1º), a Resolução SES/MG nº 7.097/2020 (art. 2º Caput e § 1º), a Resolução SES/MG nº 7.098/2020 (art. 2º Caput e § 1º), a Lei 8.666/1993 (art. 55, 56 e 57, art.60, Caput e Parágrafo único), a Portaria nº 3390/2013 (art. 32 § 3º), a Portaria de Consolidação nº 1/2017 (art. 128, 129, 130 §3º), a Lei nº8.080/90 (art. 24 Parágrafo Único), a Resolução CIT nº04/2012 (Anexo I, item 4.1 alínea L).

Fonte da Evidência: - Convênio nº 09/2020, assinado em 27/05/2020;
- Primeiro Termo Aditivo ao Convênio nº 09/2020, assinado em 05/06/2020;
- Convênio nº 013/2020, assinado em 22/06/2020;
- Convênio nº 018/2020, assinado em 28/12/2020;
- Convênio nº 03/2021, assinado em 06/05/2021;
- Convênio nº 014/2020, assinado em 02/07/2020;
- Convênio nº 04/2021, assinado em 27/05/2021;
- Convênio nº 06/2021, assinado em 11/06/2021.

Conformidade: Conforme

Grupo: Recursos Financeiros

Constatação Nº: 632843

Subgrupo: Fundo de Saúde

Item: Movimentação financeira

Constatação: A SMS de Caratinga não aplicou adequadamente os recursos financeiros e materiais recebidos do Fundo Estadual de Saúde (FES) para o enfrentamento da COVID-19 nas ações de média/alta complexidade no Hospital Casu Irmã Denise (HCID).

Evidência: Analisando as consultas das transferências do FES ao FMS de Caratinga e HCID; as cópias de extratos bancários da conta corrente do FMS nº 69441-X, agência 0177-5, BB; as prestações de contas contendo os demonstrativos físicos financeiros, as notas fiscais, os extratos bancários e comprovantes de pagamentos do termo de convênio nº 14/2020; o Termo de Compromisso 1477461 e o relatório de solicitação de pagamento extraído do SIGRES em 28/06/2021, constatou-se que a SMS Caratinga repassou com atraso ao HCID os recursos estaduais provenientes da Resolução 7461/2021.

A totalidade dos recursos estaduais recebidos pela SMS e HCID estão discriminados no Anexo I - Recursos Federais e Estaduais MAC Repassados ao FMS de Caratinga e ao Hospital Casu Irmã Denise Enfrentamento COVID-19. A SMS de Caratinga recebeu por meio da Resolução SES/MG nº 7461/2021 - o valor total de R\$ 515.000,00 (Quinhentos e quinze mil reais) para apoio à estruturação, ampliação e otimização do Sistema de Gases Medicinais dos estabelecimentos inseridos no Plano de Contingência Macrorregional, sendo que deste montante, R\$ 315.000,00 (Trezentos e quinze mil reais) deveriam ser repassados ao HCID e R\$ 200.000,00 (Duzentos mil reais) deveriam ser repassados ao Hospital Nossa Senhora Auxiliadora. Os recursos foram recebidos no dia 14/05/2021 na conta corrente 69441-X, agência 0177-5 do Banco do Brasil (001) conforme discriminado no Anexo I.

Ocorre que os repasses aos referidos hospitais supracitados só foram efetuados no dia 14/06/2021, exatamente um mês após o recebimento por parte do FES.

Ressalta-se que apenas este recurso advindo da Resolução 7461/2021 foi depositado na conta da SMS para posterior repasse ao HCID. O restante dos recursos estaduais discriminados no Anexo II foi repassado diretamente do FES para a conta do HCID.



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



Tal fato está em desacordo com a Resolução SES/MG nº 7461/2021, art. 1º, 5º e 6º; Termo de Compromisso nº 147/7461 - Cláusula Segunda - Das Obrigações - Item I - Ao Município/SMS - alíneas a, b, c,; Termo de Convênio 04/2021 - Cláusula Terceira - Das Obrigações e Responsabilidades - Item I Do Município de Caratinga - alínea a) e Cláusula Sétima, item 7.1 do Decreto Estadual nº 45.468/2010.

Fonte da Evidência: - Consulta das transferências do FES ao FMS de Caratinga e HCID no site <http://www.transparencia.mg.gov.br>, em 08/06/2021;
- Cópias de Extratos Bancários da Conta Corrente nº 69441-X, agência 0177-5 do Banco do Brasil (001) do FMS datado de 13/07/2021.
- Prestação de Contas contendo os demonstrativos físicos financeiros, as notas fiscais, os extratos bancários e comprovantes de pagamentos do termo de convênio nº 14/2020;
- Termo de Compromisso 147/7461;
- Relatório Solicitação de Pagamento extraído do SIGRES em 28/06/2021.

Conformidade: Não Conforme

Justificativa: Justificativa 1: Por meio do Ofício/Resposta Auditoria 01, datado de 20/10/2022 assinado pelo Gestor da época dos fatos, o Sr. E.G.S. (pessoa física) se posicionou da seguinte forma:

"Diante do exposto venho por meio deste justificar que para haver o repasse de recursos recebidos no Fundo Municipal de Saúde é necessário seguir os trâmites para a formalização legal do repasse financeiro, como adoção dos critérios indicados por cada resolução para a devidas aplicações dos recursos pelo órgão beneficiário do repasse e prestação de contas, sendo assim quando nos informado do recebimento do repasse, imediatamente este Ex-Secretário Municipal de Saúde através da equipe de gestão e financeira da SMS, repassava as informações ao Setor de Convênios para a formalização do convênio de repasse, fato de demandava tempo principalmente em meio da pandemia que vários servidores realizavam trabalhos em home-office e o setor de convênios demandaria um tempo para toda análise jurídica e técnica para formalizar o instrumento correto de repasse, tanto que na constatação 63172-Formalização, todos os critérios foram devidamente adotados e foram conforme de acordo com a legislação e resolução."

Justificativa 2: A Secretaria Municipal de Saúde de Caratinga não apresentou justificativas.

Análise da Justificativa: Análise da Justificativa 1 - Não obstante o reconhecimento da Equipe de Auditoria dos trâmites burocráticos necessários para o repasse dos recursos financeiros ao ente beneficiário, entendemos que não deve prosperar a justificativa em virtude das seguintes razões:

1 - O Objetivo precípua de disponibilizar a prestação de repasses financeiros pela União/Estados e Municípios às unidades hospitalares, que participam de forma complementar do Sistema Único de Saúde (SUS), é de fomentar o aumento e melhoria da capacidade de resposta de tais entidades no sentido de permitir-lhes atuar de forma coordenada e articulada com o Ministério da Saúde e com os gestores estaduais, distrital e municipais do SUS, no controle do avanço da epidemia da Covid-19 e no atendimento à população. Para tanto, conforme ratificado pelos Decretos de Calamidade Pública e na promulgação de outros dispositivos legais (Leis/Portarias/Resoluções Estaduais) é imprescindível a agilidade no repasse dos recursos às instituições hospitalares a fim de buscar o intento pretendido.

Tal princípio de eficiência está consolidado pelo legislador no §3º da Lei 13995/2020: (...) §3º O recebimento do auxílio financeiro previsto no caput deste artigo independe da eventual existência de débitos ou da situação de adimplência das entidades beneficiadas em relação a tributos e contribuições na data do crédito pelo Fundo Nacional de Saúde (FNS).(...)

2 - No que tange especificamente aos recursos estaduais (Resolução 7461/2020) o termo de compromisso assinado com interveniência da Administração Pública Municipal também ratifica a questão do prazo de repasse como condição essencial: Cláusula Segunda - Das Obrigações - Item I Ao Município/SMS Competirá - Alínea c): (...) c. repassar à ENTIDADE BENEFICIADA os recursos financeiros transferidos pela SES/MG até o 5º dia útil após o recebimento, sob pena de bloqueio no Sistema de Administração Financeira/SIAF e



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



instauração de Tomada de Conta Especial.

Por fim, avaliando-se a manifestação apresentada, considera-se que não foram apresentadas justificativas suficientes para afastar a não conformidade.

*Propõe-se a aplicação da penalidade de Advertência Escrita ao auditado.

Acatamento da Justificativa: Não

Responsável(eis)

Nome	CPF/CNPJ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE CARATINGA - PREFEITURA MUNICIPAL DE CARATINGA	18 334.268/0001-25

Recomendação: Observar os prazos no que tange ao repasse de recursos financeiros para as entidades beneficiadas com recursos públicos, conforme estabelecido na legislação Resolução SES/MG nº 7461/2021, art. 1º, 5º e 6º e nos instrumentos jurídicos firmados (Termo de Compromisso 147/7461/2021 - Cláusula Segunda - Das Obrigações - Item I - Ao Município/SMS - alínea c); Termo de Convênio 04/2021 - Cláusula Terceira - Das Obrigações e Responsabilidades - Item I Do Município de Caratinga - alínea a) e Cláusula Sétima, item 7.1.

Destinatários da Recomendação

Nome	CPF/CNPJ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE CARATINGA - PREFEITURA MUNICIPAL DE CARATINGA	18 334.268/0001-25

Grupo: Recursos Financeiros

Constatação Nº: 632844

Subgrupo: Fundo de Saúde

Item: Movimentação financeira

Constatação: A SMS de Caratinga não aplicou adequadamente parte dos recursos financeiros e materiais recebidos do Fundo Nacional de Saúde (FNS) para o enfrentamento da COVID-19 nas ações de média/alta complexidade no HCID.

Evidência: Analisando as consultas das transferências do FNS ao FMS de Caratinga; as notas de empenhos ordinários; os extratos bancários das contas do FMS; os Termos de Convênios 09/2020, 13/2020, 14/2020 e 18/2020 e a Razão de Bancos do FMS Caratinga c.c. 662410-0 - ag. 0106 - CEF, constatou-se que houve utilização inadequada na classificação orçamentária para despesa na utilização dos recursos COVID-19 pela SMS Caratinga.

A SMS de Caratinga recebeu do Fundo Nacional de Saúde para o enfrentamento da COVID-19 no grupo MAC, no período de Março/2020 a Maio/2021, o montante global no valor de R\$ 25.540.159,14 (vinte e cinco milhões, quinhentos e quarenta mil, cento e cinquenta e nove reais e quatorze centavos), sendo que deste montante R\$ R\$ 16.466.558,89 (dezesesseis milhões, quatrocentos e sessenta e seis mil, quinhentos e cinquenta e oito reais e oitenta e nove centavos) são recursos específicos destinados ao Hospital Casu Irmã Denise (Portarias GM/MS 488/2020, 1393/2020, 1448/2020, 1516/2020, 3576/2020 e 1059/2021) conforme registrado no Anexo I.

Conforme Anexo II, foram repassados recursos federais do FMS Caratinga ao HCID, no período de março/2020 a maio/2021, o montante de R\$ 16.466.558,89 (dezesesseis milhões, quatrocentos e sessenta e seis mil, quinhentos e cinquenta e oito reais e oitenta e nove centavos) mediante os respectivos termos de convênio específicos, no qual aqueles repasses que se encontram com inconformidades estão descritos abaixo:

_ Dia 02/06/2020 - Termo de Convênio 09/2020 - Repasse de R\$ 357.571.89 (trezentos e cinquenta e sete mil, quinhentos e setenta e um reais e oitenta e nove centavos) mediante Nota de Empenho 4537/20 do FMS Caratinga c.c. 624190-0 - ag. 0106 - CEF (104) para o HCID na c.c. nº 06487-4 - ag. 4346 - SICOOB (756).



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



_ Dia 09/06/2020 - Termo de Convênio 09/2020 Aditivo - Repasse de R\$ 548.987,00 (quinhentos e quarenta e oito mil, novecentos e oitenta e sete reais) mediante Nota de Empenho 5149/20 do FMS Caratinga c.c. 624190-0 - ag. 0106 - CEF (104) para o HCID na c.c. nº 06487-4 - ag. 4346 - SICOOB (756).

_ Dia 24/06/2020 - Termo de Convênio 13/2020 - Repasse de R\$ 2.880.000,00 (dois milhões, oitocentos e oitenta mil reais) mediante Nota de Empenho 5383/20 do FMS Caratinga c.c. 624190-0 - ag. 0106 - CEF (104) para o HCID na c.c. nº 06487-4 - ag. 4346 - SICOOB (756).

_ Dia 30/12/2020 - Termo de Convênio 18/2020 - Repasse de R\$ 5.760.000,00 (cinco milhões, setecentos e sessenta mil reais) mediante Nota de Empenho 10506/20 do FMS Caratinga c.c. 624190-0 - ag. 0106 - CEF (104) para o HCID na c.c. nº 06282-0 - ag. 4346 - SICOOB (756).

Em todos estes empenhos citados a despesa foi alocada na Dotação Orçamentária com ação não específica do combate ao coronavírus, utilizando o Projeto Atividade 196 - Manutenção dos Serviços de Vigilância Epidemiológica e na Subfunção 305 (Vigilância Epidemiológica). Deveria ter sido criada dotação específica para ação Covid ou poderiam ter sido alocados na Subfunção: 122 - Administração Geral; Ação: xxx - Enfrentamento da Emergência COVID-19 a fim de possibilitar que os novos recursos extraordinários fossem utilizados tanto nas ações de vigilância, assistência farmacêutica, atenção básica e média e alta complexidade no combate ao Covid-19, conforme disposição expressa na Nota Técnica STN nº 21231/2020 de 02/06/2020, Item II, Incs. 13, 15 e 16 e Nota Técnica CNM Nº 23-A/2020 de 13/04/2020, Item IV.

Ratifica-se que todos estes dados e outros complementares estão discriminados de forma detalhada nos Anexos I e II do Relatório de Auditoria.

Tal fato está em desacordo com Lei 4320/1964 em seus arts. 90 e 91; Portaria de Consolidação do SUS nº 06/2017 - art. 3º § 3º e Seção IV - art. 303; Decreto nº 10.360/2020, art. 1º.

Fonte da Evidência: - Consulta das transferências do FNS ao FMS de Caratinga - <https://consultafns.saude.gov.br/#/detalhada/acao>, extraída em 08/02/2021;
- Cópias de Notas de Empenhos Ordinários 4537/20, 5149/20, 5383/20 e 10506/20;
- Extratos bancários das Contas: 1 - FMS Caratinga Custeio c.c. 662410-0 - ag. 0106 - CEF / 2 - HCID c.c. nº 06488-2 - ag. 4346 - SICOOB (756)/ 3 - HCID c.c. nº 06282-0 - ag. 4346 - SICOOB (756)/ 4 - c.c. nº 06487-4 - ag. 4346 - SICOOB (756)/ 5 - HCID c.c. 6485-8 - ag. 4346 - SICOOB (756).
- Cópias de Termos de Convênios 09/2020, 13/2020, 14/2020 e 18/2020;
- Cópia de Razão de Bancos da FMS Caratinga c.c. 662410-0 - ag. 0106 - CEF.
- Termo de Entrevista com Gestor E. G. S. tomado em 16/07/2021.

Conformidade: Não Conforme

Justificativa: Justificativa 1: Por meio do Ofício/Resposta Auditoria 01, datado de 20/10/2022 assinado pelo Gestor da época dos fatos, o Sr. E.G.S. (pessoa física) se posicionou da seguinte forma:
"No ano de 2020, período da constatação avaliada, este Ex-Secretário Municipal de Saúde ainda não tinha assumido a pasta da SMS Caratinga, a nomeação do cargo se deu no dia 07 de janeiro de 2021."

Justificativa 2: A Secretaria Municipal de Saúde de Caratinga não apresentou justificativas.

Justificativa 3: A Sra. J.M.S. (pessoa física) não apresentou justificativas.

Análise da Justificativa: Análise da Justificativa 1 - Foi alterado o responsável da constatação. Porém a não conformidade permanece inalterada.

Por fim, avaliando-se a manifestação apresentada, considera-se que não foram apresentadas justificativas suficientes para afastar a não conformidade.



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



*Propõe-se a aplicação da penalidade de Advertência Escrita ao auditado.

Acatamento da Justificativa: Não

Responsável(eis)

Nome	CPF/CNPJ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE CARATINGA - PREFEITURA MUNICIPAL DE CARATINGA	18 334.268/0001-25

Recomendação: Observar a legislação e a parametrização correta na categorização programática da despesa, realizando a dotação orçamentária com ação específica do Enfrentamento da Emergência COVID-19, a fim de possibilitar que os novos recursos extraordinários sejam utilizados tanto nas ações de vigilância, assistência farmacêutica, atenção básica e média e alta complexidade no combate ao Covid-19, conforme disposição expressa na Nota Técnica STN nº 21231/2020 de 02/06/2020, Item II, Incs. 13, 15 e 16 e Nota Técnica CNM Nº 23-A/2020 de 13/04/2020, Item IV.

Destinatários da Recomendação

Nome	CPF/CNPJ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE CARATINGA - PREFEITURA MUNICIPAL DE CARATINGA	18 334.268/0001-25

Grupo: Recursos Financeiros

Constatação Nº: 632845

Subgrupo: Fundo a Fundo

Item: Movimentação Financeira

Constatação: A SMS de Caratinga não aplicou adequadamente parte dos recursos financeiros e materiais recebidos do FNS para o enfrentamento da COVID-19 nas ações de média/alta complexidade no HCID.

Evidência: Analisando as consultas das transferências do FNS ao FMS de Caratinga; as notas de empenhos ordinários; os extratos bancários das contas do FMS; os Termos de Convênios 03/2020 e 06/2020 e 18/2020 e a Razão de Bancos do FMS Caratinga c.c. 662410-0 - ag. 0106 - CEF, constatou-se que houve atraso no repasse de parte dos recursos federais para combate ao COVID-19 da SMS para o HCID.

A SMS de Caratinga recebeu do Fundo Nacional de Saúde para o enfrentamento da COVID-19 no grupo MAC, no período de Março/2020 a Maio/2021, o montante global no valor de R\$ 25.540.159,14 (vinte e cinco milhões, quinhentos e quarenta mil, cento e cinquenta e nove reais e quatorze centavos), sendo que deste montante R\$ R\$ 16.466.558,89 (dezesseis milhões, quatrocentos e sessenta e seis mil, quinhentos e cinquenta e oito reais e oitenta e nove centavos) são recursos específicos destinados ao Hospital Casu Irmã Denise (Portarias GM/MS 488/2020, 1393/2020, 1448/2020, 1516/2020, 3576/2020 e 1059/2021) conforme registrado no Anexo I.

Conforme Anexo II, foram repassados recursos federais do FMS Caratinga ao HCID, no período de março/2020 a maio/2021, o montante de R\$ 16.466.558,89 (dezesseis milhões, quatrocentos e sessenta e seis mil, quinhentos e cinquenta e oito reais e oitenta e nove centavos) mediante os respectivos termos de convênio específicos, no qual aqueles repasses que se encontram com inconformidades estão descritos abaixo:

_ Dia 11/05/2020 - Termo de Convênio 03/2021 - Repasse de R\$ 3.360.000,00 (três milhões, trezentos e sessenta mil reais) mediante Nota de Empenho 3285/21 do FMS Caratinga c.c. 624190-0 - ag. 0106 - CEF (104) para o HCID na c.c. nº 06488-2 - ag. 4346 - SICOOB (756). Ocorre que este recurso federal é oriundo da Portaria GM/MS nº 1059/2020 e é específico para repasse ao HCID no que tange à habilitação e manutenção de leitos UTI Adulto tipo II e infantil no beneficiário. Deveria, portanto ter sido repassado de forma integral ao beneficiário em até 05 (cinco) dias úteis após o crédito na conta do FMS de Caratinga. A ordem bancária do FNS para o FMS foi efetuada em 23/04/2021 e o repasse para a conta do Hospital só foi efetivado em 11/05/2021.

_ Dia 15/06/2021 - Termo de Convênio 06/2021 - Repasse de R\$ 3.360.000,00 (três milhões, trezentos e sessenta mil



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



reais) mediante Nota de Empenho 4977/2021 do FMS Caratinga c.c. 624190-0 - ag. 0106 - CEF (104) para o HCID na c.c. nº 06485-8 - ag. 4346 - SICOOB (756). Ocorre que este recurso federal é oriundo da Portaria GM/MS nº 1059/2020 e é específico para repasse ao HCID no que tange à habilitação e manutenção de leitos UTI Adulto tipo II e infantil no beneficiário. Deveria, portanto ter sido repassado de forma integral ao beneficiário em até 05 (cinco) dias úteis após o crédito na conta do FMS de Caratinga. A ordem bancária do FNS para o FMS foi efetuada em 31/05/2021 e o repasse para a conta do Hospital foi executado em 15/06/2021.

Ratifica-se que todos estes dados e outros complementares estão discriminados de forma detalhada nos Anexos I e II do Relatório de Auditoria. Diante do exposto, constatou-se que a SMS não respeitou alguns ditames legais no que tange à aplicação dos recursos Covid MAC de origem federal.

Tal fato está em desacordo com Portaria de Consolidação do SUS nº 06/2017 - art. 3º § 3º e Seção IV - art. 303; Decreto nº 10.360/2020, art. 1º e Termos de Convênio 03 e 06/2021 em sua Cláusula Sétima item 7.1

Fonte da Evidência: - Consulta das transferências do FNS ao FMS de Caratinga - <https://consultafns.saude.gov.br/#/detalhada/acao>, extraída em 08/02/2021;
- Cópias de Notas de Empenhos Ordinários 3285/21 e 4977/21;
- Extratos bancários das Contas: 1 - FMS Caratinga Custeio c.c. 662410-0 - ag. 0106 - CEF / 2 - HCID c.c. nº 06488-2 - ag. 4346 - SICOOB (756)/ 3 - HCID c.c. nº 06282-0 - ag. 4346 - SICOOB (756)/ 4 - c.c. nº 06487-4 - ag. 4346 - SICOOB (756)/ 5 - HCID c.c. 6485-8 - ag. 4346 - SICOOB (756);
- Cópias de Termos de Convênios 03/2021 e 06/2021;
- Razão de Bancos da FMS Caratinga c.c. 662410-0 - ag. 0106 - CEF;
- Termo de Entrevista com Gestor E. G. S. tomado em 16/07/2021.

Conformidade: Não Conforme

Justificativa: Justificativa 1: Por meio do Ofício/Resposta Auditoria 01, datado de 20/10/2022 assinado pelo Gestor da época dos fatos, o Sr. E.G.S. (pessoa física) se posicionou da seguinte forma:

"Diante do exposto venho por meio deste justificar que para haver o repasse de recursos recebidos no Fundo Municipal de Saúde é necessário seguir os trâmites para a formalização legal do repasse financeiro, como adoção dos critérios indicados por cada resolução para a devidas aplicações dos recursos pelo órgão beneficiário do repasse e prestação de contas, sendo assim quando nos informado do recebimento do repasse, imediatamente este Ex-Secretário Municipal de Saúde através da equipe de gestão e financeira da SMS, repassava as informações ao Setor de Convênios para a formalização do convênio de repasse, fato de demandava tempo principalmente em meio da pandemia que vários servidores realizavam trabalhos em home-office e o setor de convênios demandaria um tempo para toda análise jurídica e técnica para formalizar o instrumento correto de repasse, tanto que na constatação 63172-Formalização, todos os critérios foram devidamente adotados e foram conforme de acordo com a legislação e resolução."

Justificativa 2: A Secretaria Municipal de Saúde de Caratinga não apresentou justificativas.

Análise da Justificativa: Análise da Justificativa 1- Não obstante o reconhecimento da Equipe de Auditoria dos trâmites burocráticos necessários para o repasse dos recursos financeiros ao ente beneficiário, entendemos que não deve prosperar a justificativa em virtude das seguintes razões:

1 - O Objetivo precípua de disponibilizar a prestação de repasses financeiros pela União/Estados e Municípios às unidades hospitalares, que participam de forma complementar do Sistema Único de Saúde (SUS), é de fomentar o aumento e melhoria da capacidade de resposta de tais entidades no sentido de permitir-lhes atuar de forma coordenada e articulada com o Ministério da Saúde e com os gestores estaduais, distrital e municipais do SUS, no controle do avanço da epidemia da Covid-19 e no atendimento à população. Para tanto, conforme ratificado pelos Decretos de Calamidade Pública e na promulgação de outros dispositivos legais (Leis/Portarias/Resoluções Estaduais) é imprescindível a agilidade no repasse dos recursos às instituições hospitalares a fim de buscar o intento pretendido.



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



Tal princípio de eficiência está consolidado pelo legislador no §3º da Lei 13995/2020: (...) §3º O recebimento do auxílio financeiro previsto no caput deste artigo independe da eventual existência de débitos ou da situação de adimplência das entidades beneficiadas em relação a tributos e contribuições na data do crédito pelo Fundo Nacional de Saúde (FNS).(…)

2 - No que tange especificamente aos recursos federais (Portaria GM/MS nº 1059/2021) os próprios termos de convênios 03 e 06/2021 formalizados entre o poder público municipal e a entidade determinam: "Cláusula Sétima - Das Condições de Transferências de Recurso Orçamentários: O repasse dos recursos financeiros à conveniente para a execução do objeto deste convênio será realizado em até 5 (cinco) dias úteis após o repasse do recurso, em conta específica indicada pela entidade".

Por fim, avaliando-se a manifestação apresentada, considera-se que não foram apresentadas justificativas suficientes para afastar a não conformidade.

*Propõe-se a aplicação da penalidade de Advertência Escrita ao auditado.

Acatamento da Justificativa: Não

Responsável(eis)

Nome	CPF/CNPJ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE CARATINGA - PREFEITURA MUNICIPAL DE CARATINGA	18 334.268/0001-25

Recomendação: Observar os prazos no que tange ao repasse de recursos financeiros para as entidades beneficiadas com recursos públicos, conforme estabelecido na legislação Portaria de Consolidação do SUS nº 06/2017 - art. 3º § 3º e Seção IV - art. 303; Decreto nº 10.360/2020, art. 1º e nos instrumentos jurídicos firmados (Termos de Convênio 03 e 06/2021) Cláusula Sétima - Das Condições de Transferências de Recurso Orçamentários - Item 7.1;

Destinatários da Recomendação

Nome	CPF/CNPJ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE CARATINGA - PREFEITURA MUNICIPAL DE CARATINGA	18 334.268/0001-25

Grupo: Recursos Financeiros

Constatação Nº: 632847

Subgrupo: Execução Orçamentária

Item: Contrapartida/EC 29

Constatação: A SMS não aplicou recursos próprios para o enfrentamento da COVID-19 nas ações de média/alta complexidade no HCID.

Evidência: Em auditoria constatou-se que a SMS de Caratinga não efetuou repasse de recursos financeiros próprios para as contas do HCID para o enfrentamento da COVID-19 nas ações de média/alta complexidade.

Além disso, ressalta-se que também não foram efetuadas aquisições por parte da SMS de equipamentos e materiais/insumos/medicamentos para destinação ao prestador Hospitalar supracitado para o enfrentamento à COVID - 19.

Todos os repasses realizados foram oriundos de recursos de origem estadual ou federal. Todos os termos de fomento celebrados (Termos de Convênio) não incluem a previsão de aplicação de recursos próprios para enfrentamento de COVID-19 no referido hospital.

Tal fato está em desacordo com a Portaria de Consolidação nº 06/2017, art. 2º.



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



Fonte da Evidência: - Extratos bancários das Contas: 1 - FMS Caratinga c.c. 662410-0 - ag. 0106 - CEF (Custeio) / 2 - FMS Caratinga c.c. 2079-6 - ag. 0177-5 - B.B. (recursos próprios - Saúde 15%)/3 - HCID c.c. 6487-4 - ag. 4346-0- SICOOB/4 - HCID c.c. 6282-0 - ag. 4346-0- SICOOB/5 - HCID c.c. 6488-2 - ag. 4346-0- SICOOB/6 - HCID c.c. 67101-0 - ag. 177-5 - BB/7 - HCID c.c. 68477-5 - ag. 177-5 - BB/8 - HCID c.c. 69333-2 - ag. 177-5 - BB/9 - HCID c.c. 77003-5 - ag. 177-5 - B

- Cópias de Termos de Convênios 09/2020, 13/2020, 14/2020, 18/2020, 03/2021, 04/2021 e 06/2021

- Razão de Bancos do FMS Caratinga c.c. 662410-0 - ag. 0106 - CEF no período de mar/2020 a maio/2021.

- Termo de Entrevista com Gestor E.G.S. tomado em 16/07/2021.

Conformidade: Não Conforme

Justificativa: Justificativa 1: Por meio do Ofício/Resposta Auditoria 01, datado de 20/10/2022 assinado pelo Gestor da época dos fatos, o Sr. E.G.S. (pessoa física) se posicionou da seguinte forma:

"O fato da não aplicação de recursos próprios para ações de média e alta complexidade no Hospital Irma - Denise Casu se justifica que o montante de recursos financeiros enviados e destinados pelo Ministério da Saúde e Secretaria de Estado de Saúde foram suficientes para atendimento de toda a demanda apresentada, tanto que o Hospital de Caratinga deu suporte de atendimento Hospitalar para todo o Estado de Minas Gerais, e em nenhum momento houve qualquer solicitação do Hospital Irma Denise - CASU, ao Município de Caratinga, para aplicação de qualquer recurso complementar. Os recursos destinados foram suficientes para atendimento com qualidade e assistência aos pacientes. O Município de Caratinga em contraponto aplicou seus recursos próprios nas atividades de prevenção e assistência especializada para evitar e diminuir os riscos de hospitalização dos pacientes suspeitos e confirmados com covid-19."

Justificativa 2: A Secretaria Municipal de Saúde de Caratinga não apresentou justificativas.

Justificativa 3: A Sra J.M.S. (Pessoa Física) não apresentou justificativa

Análise da Justificativa: Análise da Justificativa 1 - O auditado alega que não repassou recursos próprios para o HCID porque os recursos repassados pelas esferas Federais e Estaduais já foram suficientes para o enfrentamento do quadro de COVID-19 na entidade, e houve eficiência por parte da administração pública municipal na aplicação da prevenção e controle e também porque não houve solicitação por parte da entidade hospitalar de recursos municipais extras aos recursos federais e estaduais que foram, no seu entender, suficientes para atingir os objetivos no que tange às ações de enfrentamento da Covid-19.

A legislação determina que o financiamento das ações e serviços públicos de saúde é de responsabilidade das três esferas de gestão do Sistema Único de Saúde (SUS), englobando a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios. Esta divisão tripartite de responsabilidades, incluindo-se os recursos para combate ao Covid-19, observada a devida capacidade de cada ente, é que asseguram o equilíbrio financeiro e a implementação e manutenção das ações e serviços de saúde no município.

No entanto, restado comprovado que os recursos das outras esferas aplicados foram suficientes para assistência adequada no combate ao COVID-19, acatamos a assertiva apresentada.

Por fim, avaliando-se a manifestação apresentada, considera-se que foram apresentadas justificativas suficientes para afastar a não conformidade.

Acatamento da Justificativa: Sim

Responsável(eis)

Nome	CPF/CNPJ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE CARATINGA - PREFEITURA MUNICIPAL DE CARATINGA	18.334.268/0001-25



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



Grupo: Recursos Financeiros

Constatação Nº: 632846

Subgrupo: Fundo de Saúde

Item: Movimentação financeira

Constatação: Transferências bancárias indevidas de recursos financeiros federais do SUS repassados fundo a fundo e destinados ao enfrentamento da COVID-19 para contas não específicas.

Evidência: Em auditoria constatou-se que ocorreram transferências bancárias de recursos financeiros federais do SUS, repassados fundo a fundo, para contas diferentes da conta específica na qual os recursos deveriam ter sido mantidos até a sua destinação final.

A análise dos extratos bancários da conta Custeio do FMS Caratinga, c.c. 662410-0 - ag. 0106 - CEF, e do relatório Razão de Bancos, do período de março/2020 a maio/2021, revelaram a movimentação indevida dos recursos federais repassados fundo a fundo.

Ressalte-se que todos os depósitos de origem do FNS para enfrentamento da COVID-19 foram efetuados nesta conta. Segue relação de transferências bancárias que evidenciam as movimentações indevidas:

A) Transferências para a C.C. 660026-3, ag. 0106 - CEF - Conta Salário da Prefeitura

Dia 02/03/2021: 3 (três) transferências: R\$ 61.099,24 - R\$ 200.000,00 - R\$ 328.474,72

Dia 19/03/2021: 2 (duas) transferências: R\$ 8.779,57 - R\$ 104.954,68

Dia 01/04/2021: 3 (três) transferências: R\$ 38.866,53 - R\$ 200.000,00 - R\$ 307.115,02

Dia 28/04/2021: 2 (duas) transferências: R\$ 41.570,49 - R\$ 484.604,88

Dia 27/05/2021: 2 (duas) transferências: R\$ 42.470,21 - R\$ 491.076,03

B) Transferências para a C.C. 1000-1, ag. 0177-5 - BB - Conta Salário da Prefeitura

Dia 15/07/2020: 2 (duas) transferências: R\$ 7.189,25 e R\$ 101.169,43

Dia 30/07/2020: 2 (duas) transferências: R\$ 61.838,80 e R\$ 702.752,63

Dia 19/08/2021: 2 (duas) transferências: R\$ 9332,22 e R\$ 100.738,82

Dia 01/09/2020: 2 (duas) transferências: R\$ 53.893,37 e R\$ 479.106,66

Dia 18/09/2020: 1 (uma) transferência: R\$ 100.626,69

Dia 29/09/2020: 3 (três) transferências: R\$ 56.208,98, R\$ 200.990,64 e R\$ 300.000,00

Dia 20/10/2020: 2 (duas) transferências: R\$ 3.803,96 e R\$ 100.792,22

Dia 28/10/2020: 2 (duas) transferências: R\$ 65.787,97 e R\$ 598.925,30

Dia 27/11/2020: 2 (duas) transferências: R\$ 62.623,07 e R\$ 600.081,21

Dia 18/12/2020: 4 (quatro) transferências: R\$ 5.419,47, R\$ 16.606,11, R\$ 102.145,20 e R\$ 243.420,91

Dia 29/12/2020: 2 (duas) transferências: R\$ 56.433,63 e R\$ 483.706,87

Dia 16/04/2021: 2 (duas) transferências: R\$ 6.955,91 - R\$ 102.673,10

Dia 19/05/2021: 2 (duas) transferências: R\$ 7.718,06 - R\$ 1.100.947,97

Tal fato está em desacordo com Lei Complementar 141/2012 em seu art. 12 - § 2º; Portaria de Consolidação do SUS nº 06/2017 - art. 3º § 1º e Seção IV - art. 303 e Decreto Federal nº 7507/2011 - art. 2º.

Fonte da Evidência: - Consulta das transferências do FNS ao FMS de Caratinga - <https://consultafns.saude.gov.br/#!/detalhada/acao>, extraída em 08/02/2021;
- Extratos bancários das Contas FMS Caratinga c.c. 662410-0 - ag. 0106 - CEF;
- Cópia de Razão de Bancos do FMS Caratinga c.c. 662410-0 - ag. 0106 - CEF no período de mar/2020 a maio/2021.

Conformidade: Não Conforme

Justificativa: Justificativa 1: Por meio do Ofício/Resposta Auditoria 01, datado de 20/10/2022 assinado pelo Gestor da época dos fatos, o Sr. E.G.S. (pessoa física) se posicionou da seguinte forma:



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



"Como as transferências bancárias são realizadas pela equipe de Contabilidade da Prefeitura Municipal de Caratinga, entendo que as transferências foram realizadas para facilitar a identificação dos recursos recebidos durante a pandemia, pois houve um aumento de repasses no período para diversas atividades de saúde, sendo que todos os recursos financeiros recebidos pelo fundo municipal de saúde com destino às ações e serviços hospitalares, foram devidamente repassados ao hospital irmã Denise Casu, com os instrumentos de repasse devidamente legalizados conforme cada resolução ou portaria estadual ou ministerial."

Justificativa 2: A Secretaria Municipal de Saúde de Caratinga não apresentou justificativas.

Justificativa 3: A Sra. J.M.S. (pessoa física) não apresentou justificativa.

Análise da Justificativa: Análise da Justificativa 1 - O auditado em sua manifestação confirma a existência de transferências de recursos do SUS de origem federal da conta custeio do FMS Caratinga, c.c. 662410-0 - ag. 0106 - CEF (todos os depósitos de origem do FNS para enfrentamento da COVID-19 foram efetuados nesta conta custeio), em movimentação indevida para as C.C. 660026-3, ag. 0106 - CEF - Conta Salário da Prefeitura e a C.C. 1000-1, ag. 0177-5 - BB - Conta Salário da Prefeitura, dificultando a transparência e rastreamento no gasto dos recursos públicos e configurada a inconformidade em seu ato formal conforme determina a legislação:

DECRETO Nº 7.507, DE 27 DE JUNHO DE 2011.

Art. 2º Os recursos de que trata este Decreto serão depositados e mantidos em conta específica aberta para este fim em instituições financeiras oficiais federais.

§ 1º A movimentação dos recursos será realizada exclusivamente por meio eletrônico, mediante crédito em conta corrente de titularidade dos fornecedores e prestadores de serviços devidamente identificados.

LEI COMPLEMENTAR 141 de 13/01/2012

Art. 12 (...)

§ 2º Os recursos da União previstos nesta Lei Complementar serão transferidos aos demais entes da Federação e movimentados, até a sua destinação final, em contas específicas mantidas em instituição financeira oficial federal, observados os critérios e procedimentos definidos em ato próprio do Chefe do Poder Executivo da União.(...)

Portanto, a alegação do auditado de que a justificativa para as transferências em virtude de facilitar a identificação dos recursos recebidos durante a pandemia, pois houve um aumento de repasses no período para diversas atividades de saúde não deve prosperar. Além disso, a gestão dos recursos da saúde é de responsabilidade do Gestor Municipal e não de outro setor ou órgão da prefeitura municipal, conforme aduz o manifestante.

Por fim, avaliando-se a manifestação apresentada, considera-se que não foram apresentadas justificativas suficientes para afastar a não conformidade.

*Propõe-se a aplicação da penalidade de Advertência Escrita ao auditado.

Acatamento da Justificativa: Não

Responsável(eis)

Nome	CPF/CNPJ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE CARATINGA - PREFEITURA MUNICIPAL DE CARATINGA	18.334.268/0001-25

Recomendação: Manter os recursos federais recebidos, inclusive para combate ao Covid-19, em conta específica aberta para este fim até a sua destinação final, propiciando maior transparência e controle por parte dos órgãos responsáveis, conforme dispõe a Lei Complementar 141/2012 em seu art 12 - § 2º; Portaria de Consolidação do SUS nº 06/2017 - art. 3º § 1º e o



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



Decreto Federal nº 7507/2011 - art. 2º.

Destinatários da Recomendação

Nome	CPF/CNPJ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE CARATINGA - PREFEITURA MUNICIPAL DE CARATINGA	18.334.268/0001-25

Grupo: Recursos Financeiros

Constatação Nº: 632848

Subgrupo: Execução Orçamentária

Item: Comprovação de despesas

Constatação: Os processos de pagamentos referentes às ações de Média e Alta Complexidade do enfrentamento à COVID-19 destinados ao Prestador Hospital Casu Irmã Denise estão em conformidade com os instrumentos jurídicos formalizados (Termos de convênios de Repasse) e com a legislação vigente.

Evidência: Em auditoria constatou-se que os processos de pagamentos referentes às ações de Média e Alta Complexidade do enfrentamento à COVID-19 destinados ao HCID se encontram regulares e devidamente instruídos, com existência de notas de empenho, comprovantes de transferências, notas fiscais, comunicação interna do setor de convênios, termos de convênios assinados, ficha CNES do hospital, certidões de regularidade do hospital e portarias federais/resoluções estaduais de fomento dos recursos.

O Secretário Municipal de Saúde assina ordenando a despesa e quem autoriza o pagamento é o secretário de fazenda.

Tal fato está de acordo com a Lei Federal nº 4.320/1964, art. 63 §2º - incisos I, II e III; Instrução Normativa TCE/MG nº 19, art. 10 - inciso I ao VI - §1º e 2º e Lei Federal nº 8.666/93 - arts. 24 e 25 e Termos de Convênios 09/2020, 13/2020, 14/2020, 18/2020, 03/2021 e 06/2021 em sua Cláusula Primeira - Alínea a).

Fonte da Evidência: - Cópias de Termos de Convênios 09/2020 e aditivo, 13/2020, 14/2020, 18/2020, 03/2021, 04/2021 e 06/2021;
- Cópia de Processos de Pagamentos - Empenhos Ordinários nºs: 4537/20, 5149/20, 5383/20, 10506/20, 3285/21, 4828/21 e 4977/21

Conformidade: Conforme

Grupo: Regulação

Constatação Nº: 633294

Subgrupo: Controle e Avaliação

Item: Controle Média Complexidade

Constatação: A Secretaria Municipal de Saúde - SMS de Caratinga realiza parcialmente o acompanhamento da execução dos instrumentos jurídicos firmados com o Hospital CASU-Irmã Denise para enfrentamento da COVID-19.

Evidência: A SMS de Caratinga realiza o acompanhamento da execução do instrumento firmado com a Fundação Educacional de Caratinga-CASU Irmã Denise, convênio nº 007/2021, relativo aos 70 leitos de UTI habilitados pelo Ministério da Saúde GM/MS nº 683/2021.

O hospital, ao longo da pandemia, teve 3 (três) habilitações COVID-19, onde houve ampliação de leitos progressivamente. Na Portaria GM/MS nº 1516/2020 habilitou-se 20 leitos de UTI II (adulto) sendo que a SMS de Caratinga conveniou-os por meio do Convênio nº 13/2020; a Portaria GM/MS nº 3576/2020 habilitou 40 leitos UTI II (adulto) e a SMS de Caratinga conveniou-os por meio do Convênio nº 18/2020 e a Portaria GM/MS nº 683/2021 habilitou 70 leitos UTI II (adulto) sendo feito o convênio referente aos novos leitos com a SMS/Caratinga. Os demais leitos foram montados concomitantes ao processo e financiados de forma crescente pela Secretaria de Estado da Saúde, sendo publicada por último a Resolução SES/MG nº 7509/2021 que financia, em caráter temporário, os 50 leitos adulto e 5 leitos pediátricos, resultando em 55 (cinquenta e cinco) leitos UTI II do Hospital CASU Irmã Denise. Totalizam então 125 (cento e vinte cinco) leitos UTI II COVID-19.

Os recursos desses leitos são disponibilizados pelo Fundo Estadual de Saúde (FES-MG) e são creditados diretamente ao prestador de serviço que disponibiliza o leito, a partir do Plano de Contingência, atualizados regularmente pela CIB-SUS. A última atualização do Plano de Contingência da Grade Hospitalar para o enfrentamento da COVID-19, datada de



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



25/06/2021 estabelece também 25 leitos clínicos, que foram transferidos de outras clínicas para atender com exclusividade a pandemia.

Ocorreu convênio entre a SES/MG e o município para estruturação, ampliação e otimização do Sistema de Gases Medicinais que foi cumprido de acordo com a prestação de contas apresentada ao município.

A SMS de Caratinga demonstrou que acompanha somente a execução do instrumento jurídico firmado com o Hospital CASU-Irmã Denise por meio do Convênio nº007/2021.

Em relação aos leitos disponibilizados pelas resoluções SES/MG nºs. 7160/2020, 7265/2020, 7295/2020, 7395/2020, 7384/2020, 7396/2021, 7446/2021, 7482/2021 e 7509/2021 que é também corresponsável (SES-MG/SMS) conforme preconizado, acompanha a regulação dos leitos e a assistência aos pacientes por meio de supervisão hospitalar e execução das internações, sem monitoramento diário dos leitos e verificação das condições de infraestrutura utilizadas nos leitos para essas internações.

Tal fato está em desacordo com Decreto nº 7508/2011 no art. 13; Portaria de Consolidação GM/MS nº 02/2017, Anexo XXIV, Anexo 2, art.33; Portaria de Consolidação nº02/2017, Anexo XXIV, Capítulo III, Seção VII, art. 38; Portaria GM/MS nº 1516/2020 no art. 1º § Único; Portaria GM/MS nº 3576/2020 no art. 1º § Único; Portaria GM/MS nº 683/2021 no art. 1º; Deliberação CIB-SUS/MG nº 3457/2021 no art. 1º; Resolução SES/MG nº 7461/2021 e Termo de Compromisso nº 147/7461 na cláusula Segunda-Das Obrigações, Inc. I e II.

Fonte da Evidência: - Convênio SMS/Caratinga com o Hospital CASU Irmã Denise nº 13/2020 - Leitos UTI II;
- Convênio SMS/Caratinga com o Hospital CASU Irmã Denise nº 18/2020 - Leitos UTI II;
- Convênio SMS/Caratinga com o Hospital CASU Irmã Denise nº 04/2021 - Gases medicinais;
- Convênio SMS/Caratinga com o Hospital CASU Irmã Denise nº 03/2021 - Leitos UTI II;
- Resoluções SES/MG nºs 7160/2020, 7265/2020, 7295/2020, 7395/2020, 7384/2020, 7396/2021, 7446/2021, 7482/2021, 7509/2021;
- Relatório CNES emitido em 08/07/2021 relativo à maio/2021;
- Prestação de contas do Convênio SMS/Caratinga nº 04/2021.

Conformidade: Não Conforme

Justificativa: Justificativa 1: Por meio do Ofício/Resposta Auditoria 01, datado de 20/10/2022 assinado pelo Gestor da época dos fatos, o Sr. E.G.S. (pessoa física) se posicionou da seguinte forma:

"Foi realizado o acompanhamento total da execução do instrumento jurídico firmado com o Hospital, além da equipe de Controle avaliação que tinha o contato permanente para regularização das habilitações e serviços no sistema a SMS possui um médico auditor que in loco acompanhava a assistência aos pacientes por meio de supervisão hospitalar e execução das internações acompanhando diariamente e monitorando os leitos. De acordo com a avaliação da Constatação 633297, a SMS realizou o controle e avaliação da produção referente às internações realizadas pelo hospital Irma Denise - CASU, no atendimento da COVID-19. Vale ressaltar que o trabalho as dependências internas no Hospital Irma Denise-CASU, nas alas destinadas para pacientes COVID-19 eram restritas aos profissionais envolvidos pelo risco de contaminação."

Justificativa 2: A Secretaria Municipal de Saúde de Caratinga não apresentou justificativas.

Justificativa 3: A Sra. J.M.S. (pessoa física) não apresentou justificativas.

Análise da Justificativa: Análise da Justificativa 1: Justificativa não acatada. A Secretaria Municipal de Saúde de Caratinga supervisionava os prontuários das internações ocorridas, contudo não ocorreu o acompanhamento do instrumento jurídico firmado entre a SES/MG (metas a cumprir, leitos ocupados, entre outros) onde o município é corresponsável de acordo com a atualização do Plano de Contingência da Grade Hospitalar para o enfrentamento da COVID-19.

Por fim, avaliando-se a manifestação apresentada, considera-se que não foram apresentadas justificativas suficientes para afastar a não conformidade.

*Propõe-se a aplicação da penalidade de Advertência Escrita ao auditado.



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



Acatamento da Justificativa: Não

Responsável(eis)

Nome	CPF/CNPJ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE CARATINGA - PREFEITURA MUNICIPAL DE CARATINGA	18.334.268/0001-25

Recomendação: Acompanhar todos os instrumentos jurídicos firmados com os prestadores de serviços (Contratos, Termos de Concessão de Uso e Resoluções), incluindo o controle e avaliação dos procedimentos executados, em parceria com outros setores da Secretaria Municipal de Saúde de Caratinga conforme disposto na Portaria de Consolidação GM/MS nº 02/2017, Anexo XXIV, Anexo 2, art.33; Portaria de Consolidação nº 02/2017, Anexo XXIV, Capítulo III, Seção VII, art. 38; Termo de Compromisso nº 147/7461 na cláusula Segunda - Das Obrigações, Inc. I.

Destinatários da Recomendação

Nome	CPF/CNPJ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE CARATINGA - PREFEITURA MUNICIPAL DE CARATINGA	18.334.268/0001-25

Grupo: Assistência Média e Alta Complexidade

Constatação Nº: 633296

Subgrupo: Assistência Hospitalar

Item: Acesso/Atendimento à Demanda

Constatação: A Secretaria Municipal de Saúde-SMS de Caratinga não realiza acompanhamento da ocupação dos leitos destinados ao atendimento da COVID-19 do Hospital CASU-Irmã Denise.

Evidência: A SMS de Caratinga não realiza acompanhamento da ocupação dos leitos destinados ao atendimento da COVID-19. Diariamente o hospital repassa os leitos ocupados para a SMS de Caratinga, e o número de casos suspeitos COVID-19 recebidos. A SMS de Caratinga não apresentou relatórios de monitoramento e controle referente as internações do CASU-Irmã Denise, elaborados pela SMS quanto a ocupação dos leitos destinados ao atendimento da COVID-19, do período de abrangência da auditoria. Os dados são fornecidos pelo Hospital referente às informações das internações da ala COVID-19 do Hospital CASU-Irmã Denise, o qual instrumentaliza a SMS de Caratinga a emitir os Boletins Diários de repasse de informação à população como também elaborar o Boletim Epidemiológico de COVID-19, do município de Caratinga. O monitoramento diário dos leitos é feito somente pelo hospital por meio de sua colaboradora P.C.S.B. que é a referência da SARS na instituição e repassa os dados atualizados diariamente, com um boletim padrão para atualização dos casos COVID-19 à SMS de Caratinga. Assim, não há um monitoramento dos leitos pela SMS.

Quanto as internações negadas, de acordo com as ocorrências do Sistema SUSFácil, o município não tem informação a respeito. Na verificação do quantitativo de leitos informados no SUSFácil para os leitos COVID-19 (clínicos e UTI/Adulto) no período da auditoria, e após analisar o CNES no mesmo período, verificou-se que existe incompatibilidade entre as informações, uma vez no CNES (em 08/07/21) informa-se a existência de somente 70 leitos de UTI Tipo II SRAG/COVID-19 disponibilizados ao SUS não ocorrendo a devida atualização dos leitos no sistema que deveria apresentar, conforme grade de leitos no anexo 5.

A SMS de Caratinga conta com um grupo de monitoramento epidemiológico de casos COVID-19 por meio da rede social WhatsApp, e é divulgado a nível local e regional através da imprensa escrita e falada (canais de TV e rádio) sendo atualizadas diariamente pelo setor de epidemiologia do município.

Concluindo, não há acompanhamento dos leitos e monitoramento da ocupação dos mesmos pela SMS de Caratinga, somente acompanhamento dos casos suspeitos e confirmados (notificação compulsória) dos pacientes COVID-19 internados, pelo setor de epidemiologia.

Tal fato está de desacordo com o Plano de Contingência Operativo para Infecção Humana pelo SARS COV-2 - doença pelo Coronavírus - COVID-19 da Macrorregião Vale do Aço - item V. SISTEMAS DE APOIO - V.1. Papéis e responsabilidades relativos à gestão de leitos e ao processo regulatório - Gestores municipais itens II, III e IV; Portaria de Consolidação GM/MS nº 02/2017, Anexo XXVI, Capítulo I, art. 5º, inciso II.



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



Fonte da Evidência:

- Informações de Internações Ala COVID-19 Hospital CASU-Irmã Denise de 13/07/2021;
- Planilha de Negativas do SUSFácil do ano de 2020;
- Boletim Epidemiológico da SMS/Caratinga de 01/04/2020, 01/07/2020, 05/01/2021 e 12/07/2021;
- Termo de Entrevista do Superintendente de Epidemiologia J.C.D. do dia 13/07/2021;
- Termo de Entrevista da enfermeira do Hospital CASU-Irmã Denise P.C.S.B. do dia 13/07/2021.

Conformidade: Não Conforme

Justificativa: A SMS de Caratinga e as pessoas físicas notificadas não apresentaram justificativas.

Análise da Justificativa: A SMS de Caratinga e as pessoas físicas notificadas não apresentaram justificativas.

*Propõe-se a aplicação da penalidade de Advertência Escrita ao auditado.

Acatamento da Justificativa: Não apresentou justificativa

Responsável(eis)

Nome	CPF/CNPJ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE CARATINGA - PREFEITURA MUNICIPAL DE CARATINGA	18.334.268/0001-25

Recomendação: Acompanhar a ocupação dos leitos relativos às internações executadas pelos Hospital CASU-Irmã Denise conforme disposto no Plano de Contingência Operativo para Infecção Humana pelo SARS COV-2 - doença pelo Coronavírus - COVID-19 da Macrorregião Vale do Aço - item V. SISTEMAS DE APOIO - V.1. Papéis e responsabilidades relativos à gestão de leitos e ao processo regulatório - Gestores municipais itens II, III e IV e Portaria de Consolidação GM/MS nº 02/2017, Anexo XXVI, Capítulo I, art. 5º, inciso II.

Destinatários da Recomendação

Nome	CPF/CNPJ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE CARATINGA - PREFEITURA MUNICIPAL DE CARATINGA	18.334.268/0001-25

Grupo: Regulação

Constatação Nº: 633297

Subgrupo: Controle e Avaliação

Item: Atividades/Programação/Supervisão/Revisão

Constatação: A SMS de Caratinga realiza controle e avaliação da produção referente as internações realizadas pelo Hospital CASU-Irmã Denise, no atendimento de casos da COVID-19.

Evidência: Em visita constatou-se que a SMS de Caratinga realiza controle e avaliação da produção referente às internações realizadas pelo Hospital CASU-Irmã Denise, no atendimento de casos da COVID-19. Conforme relato do colaborador da Diretoria de Regulação R.S., o paciente entra no sistema pela UPA, sendo preenchido o laudo do SUSFácil, regulado e autorizado, sendo encaminhado para a unidade de referência COVID-19, o Hospital CASU Irmã Denise. Após internação o prontuário é revisado e codificado pelo Superintendente de Auditoria, médico E.S.N. efetivo da SMS de Caratinga.

Sobre o acompanhamento, Controle, Avaliação e Auditoria, do prestador Hospital CAS-Irmã Denise o medico relata que "é realizado a supervisão hospitalar semanalmente a partir das 13horas, assim como uma auditoria concorrente". Posteriormente, quando os prontuários são enviados para o setor de faturamento do Hospital, o médico codifica as AIHs mediante os resultados dos exames COVID-19. Informou que se o paciente teve alta e o resultado do exame não tenha chegado, ele separa o prontuário para ser avaliado posteriormente. Quando chega o resultado, então ele realiza a codificação e autorização. Relata que só codifica quando o resultado der positivo. Se o exame for negativo, ele seleciona o código adequado referente à internação para ser faturado.

Após a realização dessa ação de supervisão hospitalar, gera-se um arquivo que é enviado ao setor de faturamento da SMS para fazer o processamento mensal no DATASUS, juntamente com os laudos supervisionados, para que seja conferido administrativamente e o médico E.S.N. realiza nova conferência de todas as AIHs para serem pagas.



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



A planilha de pagamento é gerada e encaminhada para a coordenação do Fundo Municipal de Saúde emitir os depósitos bancários.

Quanto a apresentação e faturamento das AIHs em 2020, há leitos existentes que não estão habilitados com o Código 51 (UTI-Adulto Tipo II-SRAG-COVID-19) pelo Ministério de Saúde, segundo consulta ao SCNES e internações realizadas nos meses de maio, setembro, outubro, novembro e dezembro.

Foi relatado pelo colaborador R.S. que as AIHs dos leitos não constantes do SCNES, foram rejeitadas pelo SIHD/DATASUS, mas pagas administrativamente considerando as resoluções da SES-MG.

Tal fato está em de acordo com a Portaria de Consolidação nº 02/2017, Anexo XXVI - art. 10, inciso I; Anexo XXVI em seu Anexo 2, Capítulo II, art. 5º- Inc. VI; Anexo XXIV, Capítulo III, Seção VII, art. 37; Resolução CIT nº 04/2012, Anexo I item 4.1 alínea n, Manual Técnico Operacional do Sistema de Informação Hospitalar-SIH janeiro/2017, item 4.5 e no Termo de Contratualização nº 070/2017, do Contratado, Inc. III, letras a, b, d e m.

Fonte da Evidência:

- Planilha de Análise de Prontuários do Hospital Casu-Irmã Denise no período março/2020 a Julho/2021;
- Listagem das AIHs faturadas e conferidas;
- Plano Municipal de Saúde de Caratinga 2018-2021;
- Termo de Entrevista do Superintendente de Auditoria E.S.N.;
- Termo de Entrevista do colaborador da Diretoria de RCA R.S.

Conformidade: Conforme

Grupo: Recursos Financeiros

Constatação Nº: 632849

Subgrupo: Convênios

Item: Prestação de Contas

Constatação: A SMS não validou adequadamente os dados referentes à prestação parcial e/ou total de contas do prestador HCID, conforme estabelecido no instrumento jurídico firmado e em normas que regulamentam os repasses, nos seguintes instrumentos: Termo de Convênio 09/2020 e seu aditivo, Termo de Convênio 13/2020 e Termo de Convênio 14/2020.

Evidência: Em análise da documentação apresentada e diligências realizadas junto à SMS e HCID, procedeu-se à avaliação da prestação de contas referente aos seguintes instrumentos avaliados: Termos de Convênios 09/2020 e Aditivo, 13/2020, 14/2020, 18/2020, 03/2021 e 06/2021.

Ressalte-se que os seguintes instrumentos ainda estão dentro do prazo regulamentar:

- Termo de Convênio 18/2020 - R\$ 5.760.000 - Vigência: 180 dias - Validade: 26/06/2021 - Termo ainda vigente - Prestação de Contas deverá ser encaminhado pelo prestador até 26/07/2021.

- Termo de Convênio 03/2021 - R\$ 3.360.000 - Vigência: 180 dias - Validade: 02/11/2021 - Prestação de Contas deverá ser encaminhado pelo prestador até 02/12/2021.

- Termo de Convênio 04/2021 - R\$ 315.000 - Vigência: 120 dias - Validade: 24/09/2021 - Prestação de Contas deverá ser encaminhado pelo prestador até 24/10/2021.

- Termo de Convênio 06/2021 - R\$ 3.360.000 - Vigência: 180 dias - Validade: 08/12/2021 - Prestação de Contas deverá ser encaminhado pelo prestador até 02/01/2022.

No entanto, constatou-se que a SMS Caratinga não emitiu parecer adequado acerca das prestações de contas parcial e/ou total dos recursos financeiros disponibilizados ao HCID para os seguintes instrumentos:

- Termo de Convênio 09/2020 e Aditivo 09/2020 - R\$ 906.558,89 - Vigência: 180 dias - Validade: 25/11/2020 - Prestação de Contas deveria ter sido encaminhado pelo prestador até 25/12/2020, sendo encaminhada pelo HCID no mês de abril/2021. A SMS cobrou o hospital via e-mail datado de 16/12/2020 para encaminhar a referida prestação de contas. Em Maio/2021



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



o HCID encaminhou a referida prestação. Em 19/05/2021 a SMS emitiu um documento denominado Check List indeferindo a prestação devido à inconformidade documental. No entanto, a ferramenta utilizada para a análise (Check List) tem como observância legal o Decreto Executivo Municipal nº 105/2015 que já foi revogado por legislação mais recente (Decreto Municipal 011/2018). Em 08/07/2021 o Hospital novamente encaminhou a prestação de contas e a SMS ainda não forneceu parecer oficial até a data de finalização dos trabalhos operativos de auditoria (16/07/2021).

- Termo de Convênio 13/2020 - R\$ R\$ 2.880.000,00 - Vigência: 90 dias - Validade: 20/09/2020 - Prestação de Contas deveria ter sido encaminhado pelo prestador até 20/10/2020. Porém foi entregue de forma conjunta com a Prestação do Convênio 09/2020 e apresentando as mesmas características anteriormente citadas na apresentação do termo de convênio 09/2020.

- Termo de Convênio 14/2020 - R\$ R\$ 200.000,00 - Vigência: 180 dias - Validade: 29/12/2020 - Prestação de Contas deveria ter sido encaminhado pelo prestador até 29/01/2021, sendo encaminhada pelo HCID no mês de maio/2021. A SMS não forneceu comprovação de cobrança pelo atraso na prestação de contas ao hospital. Em Maio/2021 o HCID encaminhou a referida prestação. Nas datas de 19, 24 e 27/05/2021 a SMS emitiu um documento denominado Check List indeferindo a prestação devido à inconformidade documental. Em 10/06/2021 a SMS emitiu a ferramenta Check List registrando a entrega de toda documentação necessária, porém não forneceu Parecer Final de forma técnica explicitando sobre a regularidade e a legalidade na utilização dos recursos financeiros repassados para o HCID. Ressalte-se que a ferramenta utilizada para a análise (Check List) tem como observância legal o Decreto Executivo Municipal nº 105/2015 que já foi revogado por legislação mais recente (Decreto Municipal 011/2018).

Tal fato está em desacordo com PTC/MS nº 02/2017, Anexo XXVI artigo 10 inciso I e II; Lei Federal nº 13.995/2020 - art. 3º - Parágrafo Único; Portaria GM/MS nº 774/2020 - art. 5º; Portaria GM/MS nº 1393/2020 - art. 6º; Portaria GM/MS nº 1666/2020 - art. 6º; Termos de Convênios 09/2020, 13/2020, 14/2020, 18/2020, 03/2021 e 06/2021 em sua Cláusula Terceira - Item 3.1 - Item 1 - Alínea e) e Cláusula Oitava.

Fonte da Evidência: - Cópia de Termos de Convênios 09/2020 e Aditivo, 13/2020, 14/2020, 18/2020, 03/2021 e 06/2021.
- Cópia de Processos de Prestação de Contas do HCID dos Recursos MAC Recebidos para enfrentamento ao COVID-19
- Cópia de Protocolos de Entrega das Prestações de Contas pelo HCID à SMS Caratinga.
- Cópias de Ferramenta denominada Check List da Prestação de contas
- Termo de Entrevista de R.M.S.L. Responsável pelo setor de prestação de contas, tomado em 14/07/2021.

Conformidade: Não Conforme

Justificativa: Justificativa 1: Por meio do Ofício/Resposta Auditoria 01, datado de 20/10/2022 assinado pelo Gestor da época dos fatos, o Sr. E.G.S. (pessoa física) se posicionou da seguinte forma:

"As prestações de Contas são realizadas no Departamento de Assessoria de Convênios órgão Central da Prefeitura Municipal de Caratinga, quando o beneficiário envia as documentações para análise da prestação de contas é analisada pelos técnicos do setor (Assessoria de Convênios) e se caso houver inconsistência, ou falta de documentações ou necessidade de apresentar documentação complementar, o Departamento faz a devolução listando os documentos necessários para a continuidade das realização das análises da prestação de contas para cada convenio."

Justificativa 2: A Secretaria Municipal de Saúde de Caratinga não apresentou justificativas.

Justificativa 3: A Sra. J.M.S. (pessoa física) não apresentou justificativa.

Análise da Justificativa: Análise da Justificativa 1 - O responsável pessoa física restringe-se apenas por alegar que a análise e parecer das prestações de contas dos recursos públicos é de responsabilidade do setor Departamento de Assessoria de Convênios - Órgão Central da Prefeitura Municipal de Caratinga. Diante do exposto, permanece a inconformidade.

Por fim, avaliando-se a manifestação apresentada, considera-se que não foram apresentadas justificativas



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



suficientes para afastar a não conformidade.

*Propõe-se a aplicação da penalidade de Advertência Escrita ao auditado.

Acatamento da Justificativa: Não

Responsável(eis)

Nome	CPF/CNPJ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE CARATINGA - PREFEITURA MUNICIPAL DE CARATINGA	18.334.268/0001-25

Recomendação: Analisar e validar os dados referentes à prestação parcial e/ou total de contas dos recursos para enfrentamento ao Covid-19 repassados ao Hospital Casu Irmã Denise, conforme estabelecido nos instrumentos jurídicos firmados e normas que regulamentam os repasses, conforme disposto na Portaria de Consolidação/MS nº 02/2017, Anexo XXVI, artigo 10, inciso I e II; com a Lei Federal nº 13.995/2020 - art. 3º - Parágrafo Único; com a Portaria GM/MS nº 774/2020 - art. 5º; com a Portaria GM/MS nº 1393/2020 - art. 6º e com a Portaria GM/MS nº 1448/2020 - art. 1º.

Destinatários da Recomendação

Nome	CPF/CNPJ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE CARATINGA - PREFEITURA MUNICIPAL DE CARATINGA	18.334.268/0001-25

Grupo: Regionalização, Planejamento e Programação

Constatação Nº: 633426

Subgrupo: Plano de Saúde

Item: Sistemática de Elaboração/Conteúdo

Constatação: A Secretaria Municipal de Saúde-SMS Caratinga não promoveu os ajustes no PMS e na PAS inserindo às ações e os recursos referentes ao enfrentamento da COVID-19 e os submeteu a aprovação do Conselho Municipal de Saúde.

Evidência: O Plano Municipal de Saúde de Caratinga competência 2018-2021 juntamente com seu resumo, frente a alimentação do DigiSUS, foram apresentados, assim como a Programação Anual de Saúde de 2020. Contudo a SMS Caratinga não atualizou os instrumentos para inserir as ações e recursos referentes ao enfrentamento da COVID-19, apesar de ter sido apresentado a ata do Conselho Municipal de Saúde-CMS de Caratinga, datada de 15/04/2021, com Ad Referendum aprovando essa atualização e ajustes.

Tal fato está em desacordo com a Portaria de Consolidação GM/MS nº01/2017, Título IV, Capítulo I, art. 96, §3º inciso I critérios a, b,c,d,e,f,g, incisos II e III e §7º e Nota Técnica nº 7/2020-CGFIP/DGIP/SE/MS Itens 4.1, 4.3, 4.5, 4.6, 5.1, 5.2 e 5.3.

Fonte da Evidência: - Plano Municipal de Saúde competência 2018-2021;

- Resumo do Plano de Saúde retirado do link: <https://digisusgmp.saude.gov.br>;

- Programação Anual de Saúde do ano de 2020;

- AD Referendum nº 04/2021 da Presidente do CMS-Caratinga de 15/04/2021.

Conformidade: Não Conforme

Justificativa: Justificativa 1: Por meio do Ofício/Resposta Auditoria 01, datado de 20/10/2022, assinado pelo Gestor da época dos fatos, o Sr. E.G.S. (pessoa física) se posicionou da seguinte forma:

"Sobre os Planos como na época foi solicitado a equipe da Gestão para a inserção das ações e recursos referentes ao enfrentamento da COVID-19, mais com a minha saída da gestão da pasta da Saúde não conseguir detectar sobre a demanda apresentada."

Justificativa 2: A Secretaria Municipal de Saúde de Caratinga não apresentou justificativas.

Justificativa 3: A Sra. J.M.S. (pessoa física) não apresentou justificativas.



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



Análise da Justificativa: Análise da Justificativa 1 - Não ocorreu apresentação da documentação comprobatória dos instrumentos de Gestão atualizados.

Por fim, avaliando-se a manifestação apresentada, considera-se que não foram apresentadas justificativas suficientes para afastar a não conformidade.

*Propõe-se a aplicação da penalidade de Advertência Escrita ao auditado.

Acatamento da Justificativa: Não

Responsável(eis)

Nome	CPF/CNPJ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE CARATINGA - PREFEITURA MUNICIPAL DE CARATINGA	18.334.268/0001-25

Recomendação: Ajustar o Plano Municipal de Saúde 2018-2021 e as Programações Anuais de Saúde de acordo com o Ad Referendum apresentado ao CMS de Caratinga e não cumprido conforme disposto na Portaria de Consolidação GM/MS nº01/2017, Título IV, Capítulo I, art. 96, §3º inciso I critérios a, b, c, d, e, f, g, incisos II e III e §7º e Nota Técnica nº 7/2020-CGFIP/DGIP/SE/MS Itens 4.1, 4.3, 4.5, 4.6, 5.1, 5.2 e 5.3.

Destinatários da Recomendação

Nome	CPF/CNPJ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE CARATINGA - PREFEITURA MUNICIPAL DE CARATINGA	18.334.268/0001-25

Grupo: Regionalização, Planejamento e Programação

Constatação Nº: 633438

Subgrupo: Relatório de Gestão

Item: Submetido ao Conselho

Constatação: A Secretaria Municipal de Saúde-SMS de Caratinga não apresentou os Relatórios Detalhados dos Quadrimestres Anteriores-RDQAs ao Conselho Municipal de Saúde-CMS/Caratinga e à Câmara de Vereadores contemplando as informações referentes ao enfrentamento da COVID-19.

Evidência: A SMS de Caratinga apresentou os RDQAs de 2020 ao CMS/Caratinga para avaliação e aprovação, mas não apresentou documentação comprobatória de que os mesmos instrumentos foram encaminhados e apresentados à Câmara Legislativa do município como preconiza a legislação. Foi apresentado o AD Referendum nº 3 do CMS/Caratinga datado de 26/03/2021 aprovando os RDQAs dos 3 quadrimestres e se comprometendo a levar à Assembléia do Conselho em reunião subsequente.

Os Relatórios apresentados não constam as ações desenvolvidas para prevenção do novo Coronavírus pela SMS/Caratinga, como tampouco foi ajustada a Programação Anual de saúde-PAS/2020, ou seja, inclusão das metas ou inclusão das ações decorrentes da COVID-19 na PAS, para atender a legislação no cenário epidemiológico. Ressalta-se que as metas previstas na PAS/2020 não foram analisadas.

Dessa forma não houve o detalhamento nos RDQAs das informações referentes aos recursos destinado ao Hospital CASU-Irmã Denise, pela SMS de Caratinga para enfrentamento ao COVID-19, na abrangência dessa auditoria.

Tal fato está em desacordo com a Portaria de Consolidação nº1/2017, Título IV art. 100 incisos I, II, III, Resolução CNS nº 459/2012 em seu Anexo e Nota Técnica nº 7/2020-CGFIP/DGIP/SE/MS, Itens 2.11, 4.1, 4.2 e 5.3.

Fonte da Evidência:

- 1º Relatório de Detalhamento do Quadrimestre Anterior 2020;
- 2º Relatório de Detalhamento do Quadrimestre Anterior 2020;
- 3º Relatório de Detalhamento do Quadrimestre Anterior 2020;
- AD Referendum nº 03/2021 do CMS-Caratinga de 26/03/2021.

Conformidade: Não Conforme



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



Justificativa: Justificativa 1: Por meio do Ofício/Resposta Auditoria 01, datado de 20/10/2022, assinado pelo Gestor da época dos fatos, o Sr. E.G.S. (pessoa física) se posicionou da seguinte forma:
"Segue em anexo os Relatórios Detalhados dos Quadrimestres Anteriores em anexo."

Justificativa 2: A Secretaria Municipal de Saúde de Caratinga não apresentou justificativas.

Justificativa 3: A Sra. J.M.S. (pessoa física) não apresentou justificativas.

Análise da Justificativa: Análise da Justificativa 1: A documentação comprobatória apresentada é a mesma que foi entregue na fase operativa, não havendo alteração das informações constatadas.

Por fim, avaliando-se a manifestação apresentada, considera-se que não foram apresentadas justificativas suficientes para afastar a não conformidade.

*Propõe-se a aplicação da penalidade de Advertência Escrita ao auditado.

Acatamento da Justificativa: Não

Responsável(eis)

Nome	CPF/CNPJ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE CARATINGA - PREFEITURA MUNICIPAL DE CARATINGA	18.334.268/0001-25

Recomendação: Apresentar ao CMS/Caratinga e à Câmara Legislativa os RDQAs 2020 conforme preconizado na Portaria de Consolidação nº 1/2017, Título IV art. 100 incisos I, II, III, e Capítulo VII, Seção II, art. 436, item III-b (Redação dada pela Portaria GM/MS nº 750 de 29/04/2019), Resolução CNS nº 459/2012 em seu Anexo e Nota Técnica nº 7/2020-CGFIP/DGIP/SE/MS, Itens 2.11, 4.1, 4.2 e 5.3.

Destinatários da Recomendação

Nome	CPF/CNPJ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE CARATINGA - PREFEITURA MUNICIPAL DE CARATINGA	18.334.268/0001-25

Grupo: Regionalização, Planejamento e Programação

Constatação Nº: 633439

Subgrupo: Relatório de Gestão

Item: Sistemática de Elaboração/Conteúdo

Constatação: O Relatório Anual de Gestão-RAG 2020 não contempla as ações realizadas e as prestações de contas referentes aos recursos destinados ao enfrentamento da Pandemia da COVID-19.

Evidência: O RAG 2020 alimentado no DigiSUS contempla o recurso federal (MS) recebido COVID-19 no ano 2020, contudo sem o devido detalhamento das despesas, assim como há ausência das ações realizadas com o recurso na prevenção e assistência com a pandemia e tampouco o acompanhamento dessas ações que deveriam estar contidas na Programação Anual de Saúde/2020, a ser ajustada incluindo as metas decorrentes do processo pandêmico, o qual não foi atualizada conforme preconizado.

O Relatório não apresenta as recomendações necessárias, com a inclusão dos redirecionamentos a serem feitos no Plano de Saúde/2021 do município, como recomenda a legislação.

Ressalta-se que no item 11 do relatório consta a seguinte observação: "Posteriormente serão inseridas as ações do COVID-19 e feitas as alterações no plano municipal de saúde". O RAG 2020 foi aprovado por AD Referendum pelo Conselho Municipal de Saúde-CMS/Caratinga, no dia 26/03/2021.

Dessa forma não houve o detalhamento no RAG 2020 das informações referentes aos recursos destinado ao Hospital CASU-Irmã Denise, pela SMS de Caratinga para enfrentamento ao COVID-19, na abrangência dessa auditoria.



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



Tal fato está em desacordo com Decreto Federal nº 1.651/1995 art. 6º §3º incisos I, II, III e IV, Lei Federal nº 8.142/90, Art. 4º, inciso IV, Lei Complementar nº 141/2012 art. 31 inciso II art. 36 §1º e art. 39 §4º, Portaria de Consolidação GM/MS nº 1/2017, Título IV, Capítulo I, art. 99 §1º incisos I a IV, Nota Técnica nº 7/2020 -CGFIP/DGIP/SE/MS Itens 2.11, 4.1, 4.2, 4.4, 4.5 e 5.3, Resolução SES/MG nº 7.097/2020, arts. 1º ao 7º, Termo de Compromisso nº 147/7461, cláusula II-Das Obrigações Inc.I.

Fonte da Evidência: - Relatório Anual de Gestão do ano 2020;
- Programação Anual de Saúde do ano de 2020;
- AD Referendum nº 03/2021 da Presidente do CMS-Caratinga de 26/03/2021.

Conformidade: Não Conforme

Justificativa: A SMS de Caratinga e as pessoas físicas notificadas não apresentaram justificativas.

Análise da Justificativa: A SMS de Caratinga e as pessoas físicas notificadas não apresentaram justificativas.

*Propõe-se a aplicação da penalidade de Advertência Escrita ao auditado.

Acatamento da Justificativa: Não apresentou justificativa

Responsável(eis)

Nome	CPF/CNPJ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE CARATINGA - PREFEITURA MUNICIPAL DE CARATINGA	18 334.268/0001-25

Recomendação: Ajustar o RAG-2020 apresentando todos os recursos recebidos COVID-19 (MS e SES-MG) e a execução dos mesmos pela SMS de Caratinga conforme preconizado no Decreto Federal nº 1.651/1995 art. 6º §3º incisos I, II, III e IV, Lei Federal nº 8.142/90, Art.4º, inciso IV, Lei Complementar nº 141/2012 art. 31 inciso II art. 36 §1º e art. 39 §4º, Portaria de Consolidação GM/MS nº 1/2017, Título IV, Capítulo I, art. 99 §1º incisos I a IV, Nota Técnica nº 7/2020-CGFIP/DGIP/SE/MS Itens 2.11, 4.1, 4.2, 4.4, 4.5 e 5.3, Decreto Estadual nº 45.468/2010, art.21 §5º, Resolução SES/MG nº 7.097/2020, arts. 1º ao 7º e Termo de Compromisso nº 147/7461, cláusula II-Das Obrigações Inc.I.

Destinatários da Recomendação

Nome	CPF/CNPJ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE CARATINGA - PREFEITURA MUNICIPAL DE CARATINGA	18 334.268/0001-25

Grupo: Recursos Financeiros

Constatação Nº: 632174

Subgrupo: Execução Orçamentária

Item: Estruturação/Fundamentação Legal

Constatação: A SMS não promoveu a devida alteração/complementação nas LDO 2020 e 2021 para identificar as ações, programas e despesas para o enfrentamento da COVID-19.

Evidência: Durante a auditoria, verificou-se que as LDO dos anos de 2020 e 2021 foram elaboradas, contudo as mesmas não identificam as ações, programas e despesas para o enfrentamento da COVID 19. Ademais, não foram realizadas alterações ou complementações das mesmas contemplando as questões relacionadas ao combate a Pandemia do Coronavírus.

*Tal fato está em desacordo com o Decreto Federal Nº 10.360/2020 (art. 1º, incisos I, II e III) e a Instrução Normativa Nº 41/2020 (art. 2º, incisos I, II alíneas a, b e c e o inciso III).

Fonte da Evidência: - Lei Municipal nº 3733, de 04 de junho de 2019, que estabelece as diretrizes gerais para elaboração do orçamento do município de Caratinga para exercício de 2020 (LDO 2020);
- Lei Municipal nº 3777, de 08 de julho de 2020, que estabelece as diretrizes gerais para elaboração do orçamento do município de Caratinga para exercício de 2021 (LDO 2021);
- Termo de Entrevista com o Gestor de Saúde (Sr. E.G.S.), assinado em 16/07/2021.



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



Conformidade: Não Conforme

Justificativa: Justificativa 1 - Por meio do Ofício nº 01, de 20 de outubro de 2022, o Sr. E.G.S. se manifestou da seguinte forma: "Com a saída da Gestão da Pasta da Secretaria Municipal de Saúde não consegui informação da LDO aprovada pela Câmara Municipal no qual o Executivo deveria incluir como projeto de lei as ações e programas e despesas para enfrentamento da COVID-19."

Justificativa 2: A SMS (pessoa jurídica) não apresentou justificativa.

Justificativa 3: A Sra. J.M.S. (pessoa física) não se manifestou.

Análise da Justificativa: Análise da Justificativa 1 - Analisando-se a manifestação do Sr. E.G.S., verificou-se que o mesmo não conseguiu informação sobre a LDO aprovada pela Câmara Municipal, contudo reconhece que essa lei deveria incluir as ações, programas e despesas para o enfrentamento da Pandemia, corroborando com os achados de auditoria.

Por fim, analisando a manifestação apresentada, considera-se que não foram apresentados elementos suficientes para afastar a não conformidade.

*Propõe-se a aplicação de penalidade de Advertência Escrita ao auditado.

Acatamento da Justificativa: Não

Responsável(eis)

Nome	CPF/CNPJ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE CARATINGA - PREFEITURA MUNICIPAL DE CARATINGA	18.334.268/0001-25

Recomendação: Promover a devida alteração/complementação nas LDO 2020 e 2021 para identificar as ações, programas e despesas para o enfrentamento da COVID-19, de acordo com o Decreto Federal Nº 10.360/2020 (art. 1º, incisos I, II e III) e a Instrução Normativa Nº 41/2020 (art. 2º, incisos I, II alíneas a, b e c e o inciso III).

Destinatários da Recomendação

Nome	CPF/CNPJ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE CARATINGA - PREFEITURA MUNICIPAL DE CARATINGA	18.334.268/0001-25

VI - CADASTRO DA NOTIFICAÇÃO

Origem: Diretoria de Auditoria Assistencial

Data: 26/07/2022

Ofício Nº: 3292022

Data: 26/07/2022

Observações: Ofício relatório preliminar - Pessoa Jurídica – E.G.S. - Secretário Municipal de Saúde

Origem: Diretoria de Auditoria Assistencial

Data: 26/07/2022

Ofício Nº: 3302022

Data: 26/07/2022

NOTIFICADOS - PESSOA FÍSICA

CPF:	Nome:	Cargo:	Início:	Término:

Observações: Ofício relatório preliminar - Pessoa Física

Origem: Diretoria de Auditoria Assistencial

Data: 26/07/2022



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



Ofício Nº: 3312022

Data: 26/07/2022

NOTIFICADOS - PESSOA FÍSICA

CPF:	Nome:	Cargo:	Início:	Término:
------	-------	--------	---------	----------

Observações: Ofício relatório preliminar - Pessoa Física

VII - REGISTRO FINAL SOBRE A NOTIFICAÇÃO

Por meio do Ofício SES/AUDSUS nº. 329/2022 foi encaminhado o Relatório Preliminar de Auditoria nº. 662/2021 à Secretaria Municipal de Saúde de Caratinga, para conhecimento e manifestação, o qual foi recebido em 01/08/2022, conforme AR nº JU 78163617-3 BR .

Foi também encaminhado ofício juntamente com o Relatório Preliminar ao responsável como pessoa física para conhecimento e manifestação, Ofício SES/AUDSUS nº 330 /2022, o qual foi devolvido em 03/08/2022, conforme AR nº JU 78163818-7 BR. Não foi possível a localização da Pessoa Física J.M.S., sendo então providenciada a Notificação através do Edital de Publicação no Órgão de Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais (IOF-MG) que foi publicado (página 44), em 03/09/2022.

O Gestor à época da Auditoria, o Sr. E.G.S., foi exonerado do cargo.

Transcorrido o prazo previsto na Resolução SES-MG Nº. 2.906/2011, a Sra. J.M.S. (Pessoa Física) não se manifestou.

O Sr. E.G.S., atualmente como Pessoa Física, por meio de OF /GAB./SECRETÁRIO/SMS/nº 001/2022, datado de 06/08/2022, solicitou prorrogação de prazo para apresentação de manifestação.

Através do Ofício Resposta de Auditoria nº 01, de 20/10/2022, apresentou defesa em 1ª Instância, com relação às constatações não conformes registradas no Relatório Preliminar de Auditoria.

A manifestação foi analisada pela equipe responsável pela auditoria.

O Relatório Final de Auditoria será elaborado e encaminhado à pessoa jurídica, bem como à pessoa física responsável, sendo-lhes assegurado o direito à ampla defesa e contraditório em segunda instância.

VIII - CONCLUSÃO

A auditoria na Secretaria Municipal de Saúde (SMS) de Caratinga foi realizada de acordo com o Regulamento do Sistema de Auditoria Assistencial da Secretaria de Estado de Saúde, aprovado pela Resolução SES-MG nº 2.906, de 24/08/2011.

Em relação às questões financeiras de enfrentamento à pandemia, foram identificadas irregularidades quanto à aplicação dos recursos financeiros e materiais recebidos do Fundo Estadual (FES) e Fundo Nacional de Saúde (FNS), para as ações de Média/Alta Complexidade no Hospital CASU Irmã Denise (HCID). Foram realizadas recomendações no sentido de se observar os prazos no que tange ao repasse dos recursos para as entidades beneficiadas com recursos públicos, conforme estabelecido em lei, e também observar a legislação e parametrização correta na categorização programática da despesa, realizando a dotação orçamentária com a ação específica para o enfrentamento a COVID19.

Verificou-se transferências bancárias indevidas de recursos federais do SUS, repassados fundo a fundo para contas não específicas, sendo recomendado manter os recursos recebidos, inclusive o da COVID 19, em contas específicas até a sua destinação final, propiciando transparência e controle por parte dos órgãos responsáveis.

A Secretaria Municipal de Saúde (SMS) realiza parcialmente o monitoramento da execução dos instrumentos jurídicos firmados com o HCID, sendo recomendado acompanhar todos os instrumentos jurídicos firmados com todos os prestadores de serviço do município, incluindo o controle e avaliação dos procedimentos executados em parceria com outros setores da SMS.

A SMS não emitiu parecer adequado acerca das prestações de contas parcial e /ou total dos recursos financeiros disponibilizados ao HCID



em alguns Termos de Convênios, sendo recomendado analisar e validar corretamente os dados referentes à prestações de contas dos recursos repassados ao prestador.

Em relação as questões assistenciais, verificou-se que a SMS apresentou fragilidades nos mecanismos de Monitoramento, Controle e Avaliação do HCID, sendo recomendado o fortalecimento destes mecanismos junto aos prestadores.

Verificou-se ainda, que os instrumentos de gestão (Plano Municipal de Saúde-PMS 2018-2021, Programação Anual de Saúde-PAS 2020), não foram ajustados com as ações e recursos necessários para o enfrentamento à pandemia, sendo recomendado as alterações e seus ajustes, como também apresenta-los ao Conselho Municipal de Saúde (CMS).

Os Relatórios Detalhados dos Quadrimestres Anteriores (RDQA) não foram apresentados ao CMS, bem como à Câmara Legislativa, sendo recomendada a sua apresentação.

Quanto ao RAG 2020, ele não detalha as despesas e não apresenta as ações realizadas na prevenção e assistência à COVID19, sendo recomendado seu ajuste.

As Leis de Diretrizes Orçamentárias (LDO), para os anos de 2020 e 2021, não foram alteradas visando o enfrentamento à COVID19, sendo recomendado também os seus ajustes.

Recomenda-se que a SMS de Caratinga mantenha a observância aos preceitos legais, com vistas à garantia da qualidade da atenção prestada aos usuários do SUS.

ENCAMINHAMENTOS

Encaminhamento de Relatório Final de Auditoria nº 662 para conhecimento e oportunidade de interposição de recurso em 2ª Instância:

1. Ofício de Aplicação de Penalidades e Medidas Corretivas à Secretaria Municipal de Saúde de Caratinga (Pessoa Jurídica);
2. Ofício de Notificação de Relatório Final de Auditoria ao Sr. E.G.S. (pessoa física);
3. Ofício de Notificação de Relatório Final de Auditoria à Sra. J.M.S. (pessoa física);

Transcorridas todas as fases e comunicados os resultados finais do processo administrativos, poderá ser dada ciência, conforme o caso:

1. Ao Conselho Municipal de Saúde de Caratinga;
2. À Superintendência Regional de Saúde de Coronel Fabriciano;



IX - FOLHA DE ASSINATURA

Equipe:

Nome

CPF





SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



X - ANEXOS

ANEXO I - Recursos enfrentamento COVID-19 transferidos pelo FMS de Caratinga ao HCID

ANEXO I – Recursos para enfrentamento à COVID-19 transferidos pelo Fundo Municipal de Saúde (FMS) de Caratinga ao Hospital Casu Irmã Denise no período de 01/03/2020 a 31/05/2021

SMS		INSTRUMENTOS JURÍDICOS				PAGAMENTO			HOSPITAL			
Conta bancária do FMS (ag./ conta)	Fonte recurso (FMS/ FES/ FNS)	Resolução SES (nº)	Portaria MS (nº)	Convênio (nº)	Empenho (nº)	Data ppto. (dd/mm/aa)	Valor repassado (R\$)	Conta do Hospital (ag./ conta)	Valor gasto (R\$)	Vigência (dd/mm/aa)	Hospital prestou contas? (sim/ não/ observações)	
C.C.624190-0 AG. 0106 CEF	FNS	-	1393/2020	09/2020	4537/2020	02/06/2020	357.571,81	C.C. 6487-4 AG. 4346-0 SICOOB	357.571,81	180 dias (25/11/20)	Sim. Prestou contas de forma atrasada.	
C.C.624190-0 AG. 0106 CEF	FNS	-	1448/2020	Aditivo 09/2020	5149/2020	09/06/2020	548.987,00	C.C. 6487-4 AG. 4346-0 SICOOB	548.987,00	180 dias (25/11/20)	Sim. Prestou contas de forma atrasada.	
C.C.624190-0 AG. 0106 CEF	FNS	-	1516/2020	13/2020	5383/2020	24/06/2020	2.880.000,00	C.C. 6487-4 AG. 4346-0 SICOOB	2.880.000,00	90 Dias (20/09/20)	Sim. Prestou contas de forma atrasada.	
C.C.624190-0 AG. 0106 CEF	FNS	-	488/2020	14/2020	5878/2020	08/07/2020	200.000,00	C.C. 6282-0 AG. 4346-0 SICOOB	230.000,00 (contraparte)	180 dias (29/12/20)	Sim. Prestou contas de forma atrasada.	
C.C.624190-0 AG. 0106 CEF	FNS	-	3576/2020	18/2020	10506/2020	30/12/2020	5.760.000,00	C.C. 6282-0 AG. 4346-0 SICOOB	5.666.694,24	180 dias (26/06/21)	Termo ainda vigente. PC enviada até 26/07/21	
C.C.624190-0 AG. 0106 CEF	FNS	-	1059/2021	03/2021	3285/2021	11/05/2021	3.360.000,00	C.C. 6488-2 AG. 4346-0 SICOOB	1.604.182,37	180 dias (02/11/21)	Termo ainda vigente. PC enviada até 02/12/21	
C.C. 69441-X AG. 177-5 BB	FES	7461/2020	-	04/2021	4828/2021	14/06/2021	315.000,00	C.C. 77003-5 AG. 177-5 BB	-----	120 dias (24/09/21)	Termo ainda vigente. PC enviada até 24/10/21	
C.C.624190-0 AG. 0106 CEF	FNS	-	1059/2021	06/2021	4987/2021	15/06/2021	3.360.000,00	C.C. 6485-8 AG. 4346-0 SICOOB	-----	180 dias (08/12/21)	Termo ainda vigente. PC enviada até 02/01/22	
TOTAL REPASSADO:							16.781.558,81	TOTAL GASTO:	10.929.863,61	* Até a fase operativa da auditoria		